



No título: [Brasão de Armas dos Açores](#)

DESTAQUES



[Novos direitos aduaneiros da UE sobre encomendas de baixo valor reforçam proteção dos consumidores e defendem concorrência](#)

[Novo Eurobarómetro: Portugal é o Estado-Membro que mais reconhece estabilidade na União Europeia](#)

[Excedente comercial agroalimentar da UE mantém-se estável nos primeiros quatro meses do ano](#)

[Comissão clarifica regras relativas à reciclagem de garrafas de plástico](#)

[Relatório destaca importância do Regulamento dos Serviços Digitais para proteção dos menores na Internet](#)

[Comissão dá luz verde ao nono pedido de pagamento de Portugal no valor de 2,32 mil milhões de euros ao abrigo do NextGenerationEU](#)



VAI ACONTECER

Até 6 de julho



Convite à apresentação de contributos para uma iniciativa: Estratégia da UE de combate à corrupção — uma abordagem global para combater a corrupção dentro e fora da UE

A corrupção afeta a segurança e a economia da UE, compromete a confiança do público, mina o Estado de direito e facilita a criminalidade organizada.

A nova estratégia da UE de combate à corrupção visa proteger melhor a nossa democracia: prevenir, detetar e combater a corrupção — dentro e fora da EU; colmatar lacunas, reforçar a supervisão e aumentar a transparência; e, construir uma cultura de integridade em toda a UE.

Esta abordagem mais coordenada ajudará a salvaguardar os nossos valores e instituições.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 6 de julho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

6 a 9 de julho



Sessão Plenária do Parlamento Europeu

A próxima sessão plenária do Parlamento Europeu, a última antes da pausa estival, irá decorrer em Estrasburgo nos próximos dias 6 a 9 de julho, podendo consultar [aqui](#) a agenda provisória da sessão plenária.

Pode consultar [aqui](#) em detalhe todos os destaques desta sessão plenária.

Poderá ainda assistir em direto à [sessão plenária através do EP Live](#).

Até 7 de julho



Candidaturas Youth4Regions 2026 para aspirantes a jornalistas

A Comissão Europeia abriu candidaturas para a 10.ª edição do [Youth4Regions](#), o seu programa emblemático de apoio aos aspirantes a jornalistas. Os candidatos selecionados passarão uma semana em Bruxelas, de 10 a 16 de outubro de 2026, beneficiando da participação em formações conduzidas por especialistas na área, de experiência direta na sala de imprensa da Comissão Europeia e de acesso exclusivo às instituições da UE e às principais organizações de comunicação social. **As candidaturas podem ser apresentadas até 7 de julho de 2026 no [website do programa](#).**

Até 10 de julho



Comissão lança plataforma de simplificação para consultar peritos em matéria de redução dos encargos administrativos

A Comissão Europeia lançou a [Plataforma de Simplificação](#) - um grupo de peritos de alto nível, que trabalhará na simplificação e na redução dos encargos. A Plataforma contribuirá para avaliar os progressos alcançados em matéria de esforços de simplificação e ajudará a identificar as prioridades e necessidades emergentes, dando um novo impulso à agenda de simplificação mais vasta da UE.

Ajudará a Comissão a identificar os casos em que as regras da UE são demasiado complexas na prática e o modo como podem ser simplificadas para as pessoas, as empresas e as administrações. Reunirá as autoridades nacionais, regionais e locais dos Estados-Membros, o Comité das Regiões, apoiado pela Rede de Polos Regionais, o Comité Económico e Social Europeu, os parceiros sociais, as pequenas e grandes empresas, as organizações de consumidores e ambientais e outras organizações não governamentais.

Num momento de profundas mudanças a nível mundial, um quadro regulamentar eficiente e eficaz é essencial para a competitividade europeia. Regras mais simples, mais bem concebidas e mais fáceis de aplicar contribuirão, por conseguinte, para libertar o potencial económico e promover um mercado único mais dinâmico e integrado.

O [convite à apresentação de candidaturas](#) para selecionar peritos para a Plataforma de Simplificação que representem um interesse comum partilhado pelas partes interessadas em vários domínios de intervenção foi publicado em linha. As pessoas interessadas são convidadas a apresentar a sua candidatura ao [Secretariado da Plataforma de Simplificação](#). As candidaturas podem ser apresentadas até 10 de julho de 2026.

[Para mais informações](#), consultar a página Web específica.



Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros), 10 de julho de 2026

Entre outros pontos, os ministros realizarão um debate de orientação sobre o pacote de integração e supervisão do mercado – uma parte fundamental da União da Poupança e dos Investimentos da UE. No âmbito do Semestre Europeu, o Conselho será convidado a aprovar as recomendações específicas por país de carácter integrado para cada Estado-Membro.

Pode encontrar mais informação sobre esta reunião [na página do Conselho dedicada à mesma](#).

Até 14 de julho



Horizonte Europa — Parcerias Europeias a executar como empresas comuns

A fim de reforçar o impacto das parcerias europeias, a proposta relativa ao Horizonte Europa 2028-2034 sugere uma racionalização das modalidades de execução e o recurso a uma abordagem de carteira de modo a identificar um conjunto limitado de parcerias coerentes, cujos objetivos estejam estreitamente alinhados pelos do Fundo Europeu de Competitividade. No âmbito desta iniciativa, algumas parcerias europeias serão executadas como empresas comuns com um claro valor acrescentado, em conformidade com o artigo 187.º do TFUE, através de um ato de constituição único dotado de regras harmonizadas.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 14 de julho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 16 de julho



Comissão lança consulta pública sobre a Lei Europeia dos Oceanos

A Comissão lançou uma consulta [pública para ajudar a moldar a Lei Europeia dos Oceanos](#), uma proposta legislativa fundamental no âmbito do Pacto Europeu para os Oceanos, cuja adoção está prevista para 2026. A Lei dos Oceanos visa reforçar a governação dos oceanos na, da UE, servindo de ponto de referência único para todos os objetivos económicos, climáticos, ambientais e sociais de proteção e utilização sustentável dos recursos oceânicos.

A decorrer até 16 de julho de 2026, a consulta convida as partes interessadas, as autoridades e administrações públicas, os peritos, os cidadãos e as comunidades costeiras a partilharem os seus pontos de vista através de um questionário estruturado. A presente consulta visa assegurar que a futura Lei dos Oceanos satisfaz as necessidades do mundo real.

A decisão surge na sequência de um convite [anterior à apresentação de evidências em janeiro passado](#).

Pode encontrar [aqui](#) informação mais detalhada sobre esta consulta pública.



Estratégia da UE para a Juventude pós-2027: consulta pública

O atual quadro de cooperação da UE no domínio da juventude — a Estratégia da UE para a Juventude 2019-2027 — vigora até ao final de 2027.

A comunicação, que a Comissão Europeia prevê que venha a ser adotada durante o primeiro trimestre de 2027, apresentará propostas para uma nova Estratégia da UE para a Juventude pós-2027.

Será acompanhada por dois documentos de trabalho dos serviços da Comissão: um sobre os resultados da UE para a Juventude 2019-2027; e, um sobre a situação dos jovens na UE.

O período de consulta pública decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 16 de julho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 21 de julho



Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura — alteração para efeitos de simplificação e de transposição do Acordo OMC

A alteração do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura incluirá os novos elementos do acordo da Organização Mundial do Comércio (OMC) sobre as subvenções à pesca, bem como modificações que proporcionarão maior flexibilidade aos Estados-Membros para executarem os seus programas nacionais durante o resto do período de programação.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 21 de julho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 22 de julho



Estatísticas europeias sobre o turismo — atualização legislativa

O Regulamento (UE) n.º 692/2011 estabelece um quadro comum para o desenvolvimento, produção e difusão sistemáticos de estatísticas europeias sobre o turismo.

O objetivo desta nova iniciativa é prepará-lo para o futuro. Permitirá responder melhor às novas necessidades dos utilizadores e integrar melhor novas fontes de dados e novos métodos no processo de produção estatística. O objetivo é produzir estatísticas europeias sobre o turismo mais completas, mais atempadas e mais eficientes em termos de custos, sem aumentar o encargo líquido para os respondentes.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 22 de julho de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 30 de julho



Lançamento do convite a candidaturas "Juventude para as Regiões Ultraperiféricas 2 – YOUTH4OR2": 1 milhão de euros para continuar a apoiar os jovens nas regiões ultraperiféricas

Este convite à apresentação de propostas é o primeiro passo de um projeto de dois anos e vai selecionar uma entidade que irá gerir a implementação do projeto. O objetivo é apoiar os jovens nas regiões ultraperiféricas a desenvolver pequenas ações adaptadas à sua própria região para melhorar a qualidade de vida, o desenvolvimento regional e o crescimento.

O lançamento do convite à apresentação de candidaturas tem um prazo para submissão de propostas até 30 de julho de 2026 (17:00 CET). Posteriormente, uma vez selecionada a entidade, serão publicados no primeiro trimestre de 2027 os convites para apresentação das candidaturas às ações para jovens e organizações juvenis baseadas nas regiões ultraperiféricas.

Detalhes adicionais estão disponíveis [aqui](#).

Até 31 de julho



Apoio aos municípios para acolherem um Painel de Cidadãos para a Energia

A Plataforma de Aconselhamento aos Cidadãos em matéria de Energia convida os municípios da UE a candidatarem-se a apoio para acolher um Painel dos Cidadãos em matéria de Energia, um seminário de um dia que envolve os cidadãos e os intervenientes locais na cocriação de soluções para a transição energética local.

O convite está aberto aos municípios e às autoridades locais de todos os Estados-Membros da UE, independentemente da sua dimensão ou população. Podem candidatar-se tanto os municípios urbanos como os rurais.

As candidaturas devem ser apresentadas por via eletrónica através da [plataforma de inquéritos da UE](#). O formulário de candidatura está disponível em todas as línguas oficiais da UE e pode ser preenchido por fases.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Até 2 de agosto



Estratégia da UE de Investigação e Inovação Oceânicas

Esta estratégia basear-se-á no programa-quadro de investigação e inovação da UE e, nomeadamente, na sua missão de restaurar os nossos oceanos e águas até 2030.

Tem por objetivo: melhorar a atual governação da investigação e inovação, superando a fragmentação das iniciativas, incluindo as infraestruturas de investigação; e, adotar uma abordagem «da nascente até ao mar» para dar resposta aos problemas da poluição e da gestão dos recursos.

Dará igualmente resposta ao financiamento do desenvolvimento e da implantação de novos conhecimentos e soluções.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 2 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Estratégia de investigação e inovação (I&I) em matéria de resiliência hídrica

Esta estratégia visa colmatar as lacunas de conhecimento e de inovação, a fim de alcançar os objetivos da estratégia de resiliência hídrica.

A iniciativa visa: ajudar a canalizar o financiamento para o domínio da I&I relacionada com a água e a expandir as soluções existentes; impulsionar a competitividade e a sustentabilidade, apoiando os progressos tecnológicos em setores-chave; assegurar uma abordagem «da nascente até ao mar» e combater a poluição; e, ajudar a superar a fragmentação do panorama europeu de I&I no domínio da água.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal “[Dê a sua opinião](#)” até ao dia 2 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 5 de agosto



Ato legislativo sobre biotecnologia

O setor da biotecnologia desempenha um papel fundamental em vários domínios da economia da UE. É impulsionado pela investigação, evolui rapidamente e exige investimentos públicos e privados substanciais.

O ato legislativo sobre biotecnologia irá propor uma série de medidas com o objetivo de criar um ambiente propício para acelerar a transição dos produtos biotecnológicos do laboratório para a fábrica e para o mercado, mantendo as mais elevadas normas de segurança relativas à proteção da população e do ambiente.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal “[Dê a sua opinião](#)” até ao dia 5 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 10 de agosto



Diretivas Aves e Habitats — teste de resistência

O teste de resistência das Diretivas Aves e Habitats (as diretivas sobre a proteção da natureza) inscreve-se no âmbito de uma iniciativa mais ampla da Comissão em matéria de simplificação, destinada a impulsionar a competitividade da UE, preservando simultaneamente os objetivos económicos, sociais e ambientais.

O teste de resistência visa identificar: as possibilidades de alcançar os objetivos das diretivas de forma mais eficiente em termos de custos, mantendo simultaneamente os seus objetivos; os potenciais domínios de simplificação; e, as possibilidades de reduzir os encargos administrativos desnecessários.

O período de consulta pública decorre através do portal “[Dê a sua opinião](#)” até ao dia 10 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 11 de agosto



Comissão Europeia lança consulta sobre a política de coesão

A Comissão Europeia [lançou](#) uma consulta pública sobre a política de coesão, convidando os cidadãos, os órgãos de poder local e regional e demais partes interessadas a enviarem contributos com vista à elaboração do 10.º Relatório sobre a Coesão.

Este relatório avaliará os progressos obtidos na consecução da coesão económica, social e territorial na UE. Examinará ainda se as disparidades regionais foram reduzidas e de que forma as políticas nacionais e da UE contribuíram para as mudanças ocorridas. Identificará desafios e oportunidades, destacando prioridades regionais da UE e indicando necessidades territoriais. Cumprirá igualmente a obrigação de apresentação de relatórios sobre os resultados da revisão intercalar dos programas da política de coesão.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal “[Dê a sua opinião](#)” até ao dia 11 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 20 de agosto



Mercado único — pôr termo a restrições territoriais injustificadas à oferta: convite à apresentação de contributos para uma avaliação de impacto

As restrições territoriais à oferta são limitações impostas por certos grandes fabricantes para dificultar ou impedir que os retalhistas comprem produtos num país da UE e os revendam noutro. Essas restrições fragmentam o mercado único, limitam a escolha dos consumidores e contribuem para disparidades de preços significativas na UE para os bens de consumo correntes.

A estratégia para o mercado único, adotada em maio de 2025, anunciou instrumentos para lutar contra essas práticas em situações que não são abrangidas pelo direito da concorrência.

O período de consulta pública decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 20 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).

Até 31 de agosto



Pesca sustentável na UE: ponto da situação e orientações para 2027

A presente iniciativa examina: os progressos realizados a nível da preservação de unidades populacionais saudáveis; o equilíbrio entre a capacidade da frota e as possibilidades de pesca; a aplicação da obrigação de desembarcar; o desempenho socioeconómico da frota da EU; e, os progressos realizados a nível da dimensão social da política comum das pescas.

A iniciativa define igualmente as principais orientações que servirão de base para as propostas da Comissão sobre as possibilidades de pesca para 2027.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal [“Dê a sua opinião”](#) até ao dia 31 de agosto de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



Comissão procura obter informações sobre o funcionamento das regras da UE em matéria de criptoativos

A Comissão Europeia lançou uma consulta para recolher reações das partes interessadas e do público em geral sobre o funcionamento do quadro regulamentar da UE em matéria de criptoativos, o [Regulamento Mercados de Criptoativos \(MiCA\)](#).

À medida que os mercados de criptoativos e o panorama político mais vasto continuam a expandir-se, a Comissão está a avaliar se o atual quadro continua a ser adequado à sua finalidade.

A consulta procura obter reações sobre os principais elementos constitutivos do MiCA. Inclui [um questionário público destinado](#) às pessoas singulares e [um questionário específico](#) que abrange questões mais técnicas e jurídicas para as partes interessadas, como os emitentes de ativos digitais e os prestadores de serviços, as instituições financeiras, os fornecedores de tecnologia, o meio académico, os grupos de reflexão, os organismos industriais, as organizações de consumidores e de interesse público e as autoridades públicas da UE.

A [consulta](#) está aberta até 31 de agosto e as reações recolhidas serão utilizadas para fundamentar o futuro trabalho político da Comissão em matéria de ativos digitais.

Até 4 de setembro



Prémio “Cidade Acessível” 2027 da Comissão Europeia

O Prémio Cidade Acessível é organizado desde 2010 sob a égide da Comissão Europeia, em colaboração com o Fórum Europeu das Pessoas com Deficiência, sendo concedido a cidades da UE para as quais a acessibilidade das pessoas com deficiência constitui uma prioridade.

Estão abertas as [candidaturas](#) para o [Prémio “Cidade Acessível” 2027](#) da Comissão Europeia, decorrendo o prazo de candidatura até 4 de setembro de 2026 (12h00 CEST).

Até 23 de setembro



Missões da UE no âmbito do Horizonte Europa: 10 milhões de euros disponíveis para novos projetos no domínio do clima e do solo

A Comissão Europeia lançou um novo convite à apresentação de propostas de projetos de apoio à Missão da UE para a Saúde dos Solos e a Alimentação e à Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, com 10 milhões de euros de financiamento da UE disponíveis.

Na sequência da adoção do programa de trabalho do [Horizonte Europa para 2026-2027 para a Missão](#), da UE, está disponível um total de 10 milhões de euros de financiamento da UE no âmbito do convite: [HORIZON-MISS-2026-06-CLIMA-SOIL](#).

O presente convite visa apoiar ações de inovação que contribuam para os objetivos da Missão da UE para a Saúde dos Solos e a Alimentação e da Missão da UE para a Adaptação às Alterações Climáticas, ajudando a traduzir a investigação e a inovação em soluções concretas.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

Até 30 de setembro



Pacote de medidas de simplificação no setor da habitação

Com base num mapeamento exaustivo da legislação e das iniciativas relevantes da UE e do seu impacto combinado na oferta e na acessibilidade da habitação, o pacote abordará as oportunidades de simplificação regulamentar para o setor da habitação, respeitando simultaneamente os objetivos políticos mais amplos. O pacote abrangerá igualmente a aplicação da legislação da UE nos Estados-Membros e as melhores práticas de simplificação a nível nacional, regional e local. Trata-se de uma das dez prioridades do plano europeu para a habitação acessível e de uma das suas medidas-chave para impulsionar a oferta de habitação.

O período para apresentação de comentários decorre através do portal "[Dê a sua opinião](#)" até ao dia 30 de setembro de 2026 (24 horas - hora de Bruxelas).



O Prémio Europeu Natura 2000 está de volta – inscreva-se agora!

O Prémio Europeu Natura 2000 recompensa a excelência na gestão dos sítios Natura 2000 e mostra o valor acrescentado da rede Natura 2000 em termos de conservação da natureza para as comunidades e economias locais em toda a União Europeia.

As suas atividades demonstram excelência na gestão dos sítios Natura 2000, das espécies ou dos habitats protegidos? Demonstraram de que forma a rede cria valor para as comunidades e economias locais ou reforça a natureza nas cidades de toda a UE? Se sim - inscreva-se e obtenha o reconhecimento que merece! Os vencedores serão anunciados numa cerimónia específica em 2027.

Saiba como candidatar-se na página dedicada ao processo de [candidatura](#). As candidaturas estão abertas até 30 de setembro de 2026 e podem ser efetuadas [aqui](#).



Agricultura, Alimentação e Ruralidade

Excedente comercial agroalimentar da UE mantém-se estável nos primeiros quatro meses do ano

O setor agroalimentar da UE manteve e expandiu uma balança comercial positiva nos primeiros quatro meses de 2026, com um excedente acumulado de 15,6 mil milhões de euros, ou seja, 233 milhões de euros mais do que no mesmo período de 2025. As exportações acumuladas de janeiro a abril totalizaram 77,6 mil milhões de euros, ou seja, 2,3 mil milhões de euros (3 %) abaixo do mesmo período de 2025, principalmente devido a valores mais baixos das exportações de produtos do cacau e de carne de suíno.

O Reino Unido continuou a ser o maior destino de exportação da UE, apesar de uma queda modesta de 2% (454 milhões de euros). O comércio com os países do Golfo foi igualmente afectado pelo encerramento do Estreito de Ormuz, tendo as exportações para os Emirados Árabes Unidos diminuído 25% (266 milhões de euros). Em contrapartida, as exportações para o Egito aumentaram 302 milhões de euros (+49 %), impulsionadas pelo trigo, enquanto as exportações para a Ucrânia aumentaram 104 milhões de euros (+7 %).

As importações acumuladas atingiram 62 mil milhões de euros, tendo diminuído 2,5 mil milhões de euros (7 %) em termos homólogos. Os valores das importações provenientes da Costa do Marfim, Nigéria, Camarões e Guiné diminuíram à medida que os preços do cacau continuaram a descer, enquanto as importações provenientes dos EUA e da Ucrânia também diminuíram, impulsionadas por menores compras de soja e trigo, respetivamente. Em contrapartida, as importações provenientes do Vietname aumentaram 278 milhões de euros (+16 %), apoiadas por volumes de café mais elevados. Entre as categorias do produto, as importações de café, chá, cacau e especiarias

diminuíram 1,6 mil milhões de euros (-12 %), enquanto as importações de frutas e frutos de casca rija, carne de bovino e margarina e outros óleos e gorduras registaram aumentos.

Mais informações, bem como quadros pormenorizados, estão disponíveis na [última edição do relatório mensal](#) sobre o comércio agroalimentar da UE.

Finalistas anunciados para os Prémios Europeus da Produção Biológica de 2026

Os nomes dos finalistas dos [Prémios Europeus da Produção Biológica de 2026](#) foram revelados. Para cada categoria, foram selecionados os três principais projetos, representando 21 finalistas de 12 países da UE. Os vencedores dos sete prémios serão revelados na cerimónia oficial em Bruxelas, em 23 de setembro, no âmbito de uma série de eventos e atividades que celebram o Dia Biológico da UE.

Os Prémios da UE para a Produção Biológica foram lançados em 2022 como um compromisso no âmbito do Plano de [Ação para o Desenvolvimento da Produção Biológica](#). O objetivo dos prémios é reconhecer a excelência em toda a cadeia de valor biológica, desde os agricultores e restaurantes às PME (pequenas e médias empresas) e às cidades. Além disso, reforçam a visibilidade global da cadeia de valor biológica e desenvolvem o conhecimento do logótipo biológico. Este ano marca a quinta edição dos Prémios, com sete prémios individuais. Os Prémios visam homenagear projetos excecionais, inovadores, sustentáveis e inspiradores, acrescentando valor real à produção e ao consumo biológicos. Os vencedores têm a oportunidade de apresentar os seus projetos a um público mais vasto, apresentando as melhores práticas.

Os prémios são organizados conjuntamente pela Comissão Europeia, pelo Comité Económico e Social Europeu, pelo Comité das Regiões Europeu, pelo COPA-COGECA e pela IFOAM Organics Europe. O júri dos prémios é composto por representantes destas organizações, bem como por representantes de outras instituições da UE. O júri seleciona os vencedores em cada categoria, julgando os seus projetos em função dos critérios [horizontais de atribuição](#).

Pode descobrir [aqui](#) quem são os finalistas deste ano em cada categoria.

Utilização de fertilizantes minerais aumentou 6 % em 2024

Em 2024, foram utilizados 9,8 milhões de toneladas de adubos [minerais](#) (azoto e fósforo) na produção agrícola em toda a [UE](#). Tal representou um aumento de 6,0 % em comparação com a quantidade utilizada em 2023 (9,2 milhões de toneladas), embora tenha permanecido 15,8 % abaixo do pico relativo de 2017.

Embora os fertilizantes azotados e fosforados desempenhem um papel crucial no aumento do rendimento das culturas, a sua utilização excessiva pode conduzir à lixiviação de nutrientes (fuga), prejudicando os ecossistemas e contribuindo para a poluição da água e do solo.

A utilização de fertilizantes à base de azoto na produção agrícola da UE aumentou para cerca de 8,9 milhões de toneladas em 2024, o que representa um aumento homólogo de 5,8 %.

A utilização de fertilizantes à base de azoto na agricultura foi mais elevada nos principais produtores agrícolas da UE, em especial em França (1,8 milhões de toneladas), na Alemanha (1,1 milhões de toneladas) e em Espanha (0,9 milhões de toneladas).

Esta informação provém dos dados mais recentes sobre o consumo de adubos inorgânicos, [publicados](#) pelo Eurostat.

Em 2024, a utilização de fertilizantes fosforados na agricultura da UE foi de 0,9 milhões de toneladas, o que representa um aumento acentuado (7,7 %) em comparação com o nível de 2023.

Os países com maior utilização de fertilizantes à base de fósforo na agricultura foram a Espanha (0,14 milhões de toneladas), a França (0,12 milhões de toneladas), a Itália (0,10 milhões de toneladas), a Roménia (0,09 milhões de toneladas) e a Alemanha (0,07 milhões de toneladas); em conjunto, representaram mais de metade da utilização total da UE.

O Conselho dá luz verde definitiva ao reforço da posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar

O Conselho [adotou](#) novas regras destinadas a melhorar a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar da UE, garantindo que estes recebam uma parte mais justa do valor gerado, através do reforço do seu poder de negociação face a compradores, tais como empresas de transformação e retalhistas.

As alterações visam também promover contratos justos e reforçar as organizações de produtores.

A reforma introduz alterações específicas ao regulamento relativo à organização comum de mercado (OCM) dos produtos agrícolas, a par de alterações complementares à política agrícola comum (PAC).

O número de animais da UE continuou a diminuir em 2025

Em 2025, a [UE](#) tinha 131,5 milhões de suínos, 71,6 milhões de bovinos, 55,3 milhões de ovinos e 10,2 milhões de caprinos. Todos os efectivos pecuários eram inferiores aos do ano anterior; o efectivo suíno diminuiu 0,5%, o efectivo bovino 0,4%, o efectivo ovino 2,2% e o efectivo caprino 2,5%.

Estas descidas fazem parte de uma tendência a mais longo prazo na UE. Em comparação com 2015, o número de suínos foi 8,9 % inferior em 2025, o de bovinos 9,7 % inferior, o de ovinos 12,2 % inferior e o de caprinos 17,5 % inferior.

Estas informações provêm de dados sobre a população pecuária da UE, [publicados](#) pelo Eurostat.



Conselho e Parlamento chegam a acordo para uma Agência Europeia de Produtos Químicos mais forte

O Conselho da União Europeia e o Parlamento Europeu chegaram a um [acordo provisório](#) sobre o reforço da gestão e financiamento da Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA). As novas regras vão criar um quadro jurídico independente para ajudar a ECHA a gerir de forma eficiente o crescente número de tarefas.

Desde a sua criação em 2006, a ECHA e os seus comités científicos têm sido centrais na aplicação das regras da UE sobre o registo, avaliação, autorização e restrição de produtos químicos (REACH), fornecendo avaliações e pareceres técnicos e científicos. As responsabilidades da ECHA expandiram-se para incluir a segurança dos produtos e a política ambiental, incluindo pareceres científicos sobre a restrição de microplásticos e PFAS.

Os co-legisladores concordaram em consolidar as tarefas e responsabilidades ampliadas da ECHA num único regulamento, desligando a agência do regulamento REACH de 2006 que a tinha criado inicialmente. Este quadro unificado e autónomo vai fornecer uma base legal clara para as operações da ECHA e facilitar a sua governação eficiente. As novas regras definem as tarefas específicas atribuídas à ECHA ao abrigo de diferentes leis da UE.

O acordo permite que o Parlamento Europeu ou os Estados-membros solicitem pareceres científicos à ECHA, depois de consultarem a Comissão.

A estrutura da ECHA será adaptada para gerir eficazmente a sua carga de trabalho atual e futura, garantindo que dispõe dos recursos necessários. Para manter os mais elevados padrões de competência científica e técnica na UE, o acordo prevê que os especialistas necessários sejam nomeados pelos Estados-Membros e designados para os seus comités de avaliação de risco e análise socioeconómica.

Ao unificar os orçamentos (de três para um único e autónomo), a ECHA terá maior flexibilidade para alocar recursos de forma independente e adaptar-se de forma eficiente a cargas de trabalho em mudança.

Reconhecendo os desafios de prever com precisão os rendimentos provenientes de taxas e encargos, o acordo estabelece um fundo de reserva limitado a 8% das taxas e encargos da ECHA, para lidar com flutuações nas receitas de taxas e o seu impacto nas operações da ECHA. A Comissão pode aumentar ou diminuir esta percentagem de 1% a 20%, para refletir melhor as necessidades financeiras reais da ECHA.

Os co-legisladores reconheceram que a confiança na ECHA e nas suas opiniões e aconselhamentos é essencial. Por isso, estabeleceram regras claras para prevenir e gerir conflitos de interesse para o seu pessoal e peritos, incluindo os membros dos seus órgãos internos, com o objetivo de garantir a sua independência e credibilidade.

Comissão congratula-se com o entendimento comum das autoridades nacionais de defesa do consumidor para uma aplicação justa e simples das regras de rotulagem ecológica

A Comissão Europeia congratula-se com o [entendimento comum](#) alcançado pela Rede de Cooperação no domínio da Defesa do Consumidor (CPC) – a rede de autoridades nacionais de defesa do consumidor – que define a forma como as autoridades nacionais aplicarão a [Diretiva Capacitar os Consumidores para a Transição Verde](#). A diretiva melhora a fiabilidade e a transparência das alegações ecológicas e dos rótulos de sustentabilidade e incentiva as empresas a evitarem o branqueamento ecológico.

O Entendimento Comum assegurará uma transição harmoniosa, mantendo os custos para as empresas tão baixos quanto possível. Por exemplo, clarifica a forma como as autoridades nacionais devem tratar as mercadorias que já tenham sido efetuadas até à data do pedido. As autoridades nacionais concordaram em ter em conta verdadeiras dificuldades transitórias e condicionalismos práticos, como os volumes de existências, o prazo de validade dos produtos ou a viabilidade técnica. Nesses casos, as autoridades nacionais também preferirão medidas preventivas antes de ponderarem a aplicação de sanções, como a prestação de esclarecimentos às empresas em causa.

Os Estados-Membros tinham até 27 de março de 2026 para transpor a diretiva para o direito nacional. A diretiva será aplicável em 27 de setembro de 2026.

Henna Virkkunen, vice-presidente executiva responsável pela Soberania Tecnológica, Segurança e Democracia, declarou: «Todos têm um papel a desempenhar na construção de uma economia mais sustentável. As empresas são atores-chave neste processo. No entanto, na aplicação das regras, devemos acompanhá-las e ter em conta as realidades económicas. O presente Entendimento Comum assegura uma transição ordenada e justa para todos, tanto para as empresas como para os consumidores.»

Michael McGrath, Comissário responsável pela Democracia, Justiça, Estado de Direito e Defesa do Consumidor, declarou: «Os consumidores necessitam de informações claras e fiáveis para fazerem escolhas sustentáveis. Ao mesmo tempo, a aplicação deve ser coerente e proporcionada em todo o mercado único. O Entendimento Comum permite: um quadro claro, justo e ambicioso que ajude as empresas a cumprir as regras, apoiando simultaneamente a transição para um consumo mais sustentável.»

Mais informações sobre a diretiva podem ser consultadas [aqui](#).

Comissão clarifica regras relativas à reciclagem de garrafas de plástico

A Comissão Europeia adotou [novas regras](#) sobre a reciclagem de garrafas de plástico de utilização única para bebidas feitas principalmente de poli(tereftalato de etileno) (garrafas PET). Estas regras estabelecem, pela primeira vez, uma metodologia para calcular, verificar e comunicar o teor de material quimicamente reciclado. Este aspeto faz parte do [pacote «Plásticos» da Comissão de dezembro de 2025](#).

As novas regras garantirão a transparência no cálculo do teor de material reciclado nas novas garrafas PET de utilização única. Este aspeto é fundamental para criar condições de concorrência equitativas e garantir a segurança do investimento no setor da reciclagem de plásticos. As novas regras podem ser aplicadas a qualquer tecnologia de reciclagem, incluindo tecnologias de reciclagem química e mecânica. Tal ajudará os Estados-Membros a cumprir a meta relativa ao teor de material reciclado estabelecida na [Diretiva Plásticos de Utilização Única](#).

A reciclagem mecânica é atualmente o método mais utilizado para a reciclagem de plásticos. Normalmente, é utilizado para separar, limpar, triturar e remoldar plásticos em novos produtos. No entanto, alguns fluxos de resíduos de plástico não podem ser eficazmente reciclados mecanicamente. Tal inclui, por exemplo, resíduos de plástico com resíduos alimentares, aditivos e materiais mistos que reduzem a reciclabilidade. Nestes casos, a reciclagem química pode complementar a reciclagem mecânica. Ao contrário da reciclagem mecânica, a reciclagem química decompõe os plásticos em moléculas mais pequenas, que podem ser reutilizadas para matérias-primas para novos plásticos ou outros produtos químicos. Tal ajuda a devolver mais fluxos de resíduos de plástico à economia circular, nomeadamente no caso dos produtos que têm de cumprir normas de elevada qualidade, como as embalagens que entram em contacto com os alimentos.

Numa primeira fase, a UE contará como material plástico reciclado proveniente da União e dos países do EEE, onde o cumprimento das regras ambientais da UE pode ser plenamente verificado. A partir de 21 de novembro de 2027, o plástico reciclado proveniente dos países da OCDE também contará, a menos que seja excluído ao abrigo do [Regulamento Transferências de Resíduos](#). Além disso, os materiais provenientes de países não membros da OCDE serão contabilizados quando abrangidos por disposições que garantam normas equivalentes relacionadas com os requisitos de proteção da saúde humana e do ambiente, por exemplo, na [Diretiva-Quadro Resíduos](#) e no [Regulamento Embalagens e Resíduos de Embalagens](#).

Mais informações podem ser encontradas no [comunicado de imprensa](#).

A Comissão avança com os trabalhos sobre as restrições aplicáveis às substâncias químicas perigosas

A Comissão Europeia apresentou uma [lista evolutiva](#) revista do seu [Roteiro de Restrições](#) ao abrigo do REACH, a legislação abrangente da UE em matéria de produtos químicos que rege o registo, a avaliação, a autorização e a restrição de produtos químicos, protegendo a saúde humana e o ambiente dos riscos químicos.

O Roteiro para as Restrições do REACH apresenta uma panorâmica atualizada das restrições em curso e previstas em matéria de substâncias perigosas ao abrigo do Regulamento REACH. A revisão agora apresentada introduz uma estrutura mais clara, mostra os progressos realizados desde 2022, quando o Roteiro para as Restrições foi introduzido pela primeira vez, e inclui novas entradas, reforçando a transparência e apoiando a participação das partes interessadas ao longo de todo o processo de restrição.

Desde 2022, foram adotadas 11 restrições REACH que abrangem centenas de substâncias perigosas; mais seis encontram-se nas fases finais do processo de avaliação; e prosseguem os trabalhos sobre iniciativas importantes, como as restrições às PFAS (os chamados «produtos químicos para sempre»), às substâncias de crómio hexavalente, ao octocrileno e a outras substâncias persistentes, bioacumuláveis, tóxicas e desreguladoras do sistema endócrino.

O Roteiro revisto mostra o empenho da Comissão em reduzir a exposição das pessoas e do ambiente a produtos químicos perigosos.

 Coesão e solidariedade interna da UE

Comissão apresenta pacote financeiro para a adesão do Montenegro à UE

A Comissão Europeia adotou um pacote financeiro que estabelece as disposições orçamentais aplicáveis ao Montenegro aquando da sua adesão à União Europeia. O Montenegro avança no processo de adesão e a presente proposta constitui um passo significativo no sentido de o país se tornar membro da União, na sequência do último acordo dos Estados-Membros no sentido de começar a redigir o Tratado de Adesão.

O pacote apresentado insere-se no capítulo 33 – Disposições orçamentais e financeiras – das negociações de adesão do Montenegro. Apresenta uma panorâmica clara das implicações financeiras previstas da adesão do Montenegro à UE.

O alargamento é um investimento credível e estratégico na estabilidade, unidade e prosperidade da Europa. Os progressos do Montenegro mostram que, com reformas sustentadas e empenho político, a adesão pode passar de uma aspiração para a realidade.

A presidente Ursula von der Leyen declarou: «O *pacote hoje apresentado constitui mais um passo concreto para o futuro do Montenegro na nossa União. Estamos a preparar o Montenegro, os Estados-Membros e as nossas instituições. Porque o alargamento é bem-sucedido quando se trata de um projeto europeu comum assente no mérito, no empenho e na confiança.*»

A Comissão apresentou ao Conselho da UE a sua proposta relativa ao pacote financeiro do Montenegro. Este pacote está sujeito a negociações entre a UE e o Montenegro. Com base neste pacote financeiro, a Comissão apresentará igualmente ao Conselho um projeto de posição comum sobre o Capítulo 33 – Disposições financeiras e orçamentais.

Para mais informações, consultar o comunicado [de imprensa](#) e [as perguntas e respostas](#).

Comissão dá luz verde ao pedido de pagamento final da Dinamarca de 359 milhões de euros ao abrigo do NextGenerationEU

A Comissão avaliou positivamente o quinto e último pedido de pagamento da Dinamarca no valor de 359 milhões de euros em subvenções ao abrigo do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#), o elemento central do [NextGenerationEU](#).

Com este quinto e último pedido de pagamento, a Dinamarca torna-se o primeiro Estado-Membro a atingir 100 % das reformas e dos investimentos relacionados com o seu plano MRR – o que corresponde a 1,63 mil milhões de euros – antes do final do prazo de agosto.

A Comissão concluiu que a Dinamarca cumpriu satisfatoriamente os quatro marcos e 12 metas pendentes estabelecidos na [Decisão de Execução do Conselho](#).

Este pedido final conclui a realização de reformas e investimentos no âmbito do plano dinamarquês, nomeadamente nos domínios da transição ecológica da agricultura, da eficiência energética, do transporte rodoviário sustentável e do aumento da digitalização.

Este pagamento elevará o total dos fundos desembolsados à Dinamarca ao abrigo do MRR para 1,63 mil milhões de euros, incluindo 441 milhões de euros de pré-financiamento. Tal significa que 100 % do financiamento atribuído à Dinamarca no âmbito do seu plano de recuperação e resiliência será concedido assim que o Conselho também tiver dado luz verde ao pedido de pagamento, tendo todos os 79 marcos e metas sido cumpridos com êxito.

Tendo em vista o encerramento do mecanismo no final de 2026, os Estados-Membros devem executar todos os marcos e metas pendentes até 31 de agosto de 2026 e apresentar os seus últimos pedidos de pagamento até ao final de setembro de 2026.

Está disponível em linha um [comunicado de imprensa](#).

Comissão dá luz verde ao nono pedido de pagamento de Portugal no valor de 2,32 mil milhões de euros ao abrigo do NextGenerationEU

A Comissão Europeia avaliou positivamente o nono pedido de pagamento de Portugal no valor de 2,32 mil milhões de euros ao abrigo do [Mecanismo de Recuperação e Resiliência](#) (MRR), o elemento central do [NextGenerationEU](#).

Tal representa um passo importante na realização das reformas e dos investimentos associados a este pedido de pagamento em domínios fundamentais, incluindo a educação, a gestão de resíduos e a economia circular, a simplificação das empresas, a gestão florestal, a digitalização da administração pública e dos serviços públicos, bem como o acesso ao financiamento.

A Comissão concluiu que Portugal cumpriu satisfatoriamente os 22 marcos e 29 metas estabelecidos na [Decisão de Execução do Conselho](#).

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre as principais medidas emblemáticas deste pedido de pagamento.



Defesa e Segurança

Comissão desembolsa 3,9 mil milhões de euros para drones ao abrigo do empréstimo de apoio à Ucrânia de 90 mil milhões de euros

A Comissão Europeia iniciou o desembolso de 3,9 mil milhões de euros como primeiro pagamento ao abrigo da primeira parcela de cerca de 6 mil milhões de euros dedicada à aquisição de drones, uma capacidade fundamental que permite à Ucrânia resistir à guerra de agressão da Rússia.

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, declarou: «*O engenho da Ucrânia está no cerne do seu êxito na resistência à invasão em grande escala da Rússia. Ingenuidade que queremos apoiar. Estamos hoje a libertar uma primeira parcela de 3,9 mil milhões de euros para tecnologias avançadas de drones, a fim de reforçar a defesa da Ucrânia. E seguir-se-ão mais. Estes investimentos ajudarão a Ucrânia a proteger os seus cidadãos, a defender a sua soberania e a reforçar a segurança da Europa. A Europa mantém-se firmemente ao lado da Ucrânia durante o tempo que for necessário para alcançar uma paz justa e duradoura.*»

Este desembolso surge na sequência da primeira parcela de 3,2 mil milhões de euros da Comissão à Ucrânia ao abrigo do programa específico de assistência macrofinanceira, realizada em 25 de junho. Nos próximos dias, serão efetuados novos pagamentos até que a primeira parcela relativa aos drones esteja totalmente coberta, em conformidade com os pedidos de pagamento da Ucrânia.

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#).

Comissão propõe cinco projetos conjuntos no domínio da defesa para reforçar as capacidades industriais da Europa

A Comissão Europeia propôs cinco novos projetos de grande escala, conhecidos como [Projetos Europeus de Defesa de Interesse Comum \(PIDCP\)](#), para ajudar os países da UE a reforçar as suas capacidades de defesa através do desenvolvimento conjunto de sistemas militares fundamentais.

Os projetos industriais centram-se em cinco domínios prioritários: drones e sistemas de combate aos drones; Defesa marítima e dos fundos marinhos; espaço; Defesa antiaérea e antimísseis; bem como o reforço da segurança ao longo do Eastern Flank da UE. Estes projetos surgem em resposta a um convite da Comissão à manifestação de interesse para os Estados-Membros apresentarem propostas de projetos para eventuais PEDCI.

Ao abrigo do [Programa da Indústria de Defesa Europeia \(PIDEUR\)](#), no valor de 1,5 mil milhões de euros, a Comissão afetou 325 milhões de euros para apoiar a criação e a implantação dos PEDIC, tal como estabelecido no [programa W Ork P publicado](#) em 30 de março de 2026.

Os novos projetos proporcionam um quadro para que os países da UE trabalhem em conjunto em grandes iniciativas de defesa que são demasiado grandes ou demasiado complexas para que cada país se possa desenvolver por si só. Ao apoiarem a cooperação a longo prazo, visam reforçar a indústria de defesa europeia e melhorar a capacidade da UE para responder aos desafios comuns em matéria de segurança, em consonância com as prioridades da OTAN em matéria de capacidades.

Em média, 18 Estados-Membros participam em cada projeto e a Ucrânia participa em quatro dos cinco projetos. Espera-se que a Comissão participe nos PEDCI, preste apoio financeiro e continue a apoiar os Estados-Membros na coordenação da sua execução. Acompanhará igualmente os progressos em relação aos marcos acordados, a fim de apoiar a execução atempada dos projetos de EDPCI.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre as próximas etapas e sobre cada um destes cinco projetos.



Diplomacia e solidariedade externa da UE

UE presta ajuda de emergência e organiza um voo humanitário em resposta aos sismos na Venezuela

Em resposta às crescentes necessidades humanitárias causadas pelos recentes sismos na Venezuela, a União Europeia está a disponibilizar 5 milhões de euros em ajuda humanitária para prestar ajuda imediata às comunidades mais afetadas. Este financiamento de emergência centrar-se-á na disponibilização de abrigo e cuidados de saúde às pessoas afetadas pela catástrofe.

Além disso, a UE está também a organizar uma [ponte aérea humanitária](#) para transportar bens essenciais para as zonas afetadas. Um voo está programado para sair no início desta semana de Copenhague, com cerca de 50 toneladas de material de abrigo, equipamentos de água e saneamento e suprimentos de educação.

Esta nova assistência vem juntar-se aos 52 milhões de euros já atribuídos este ano para dar resposta às consequências humanitárias da crise socioeconómica na [Venezuela](#).

A ajuda humanitária disponibilizada surge na sequência dos esforços contínuos da UE para coordenar a resposta de emergência através do [Mecanismo de Proteção Civil](#) da União Europeia. A Comissão recebeu propostas de 11 Estados-Membros da UE e de um Estado participante, que disponibilizam equipas de busca e salvamento, equipas médicas e apoio às telecomunicações.

No fim de semana, uma equipa de 11 peritos técnicos de Espanha, Áustria, Itália, Luxemburgo, Bélgica, Estónia e do Centro de Coordenação de Resposta de Emergência (CCRE) da Comissão chegou à Venezuela para apoiar operações no terreno, para além de uma outra equipa de peritos fornecida pela Itália. No total, 14 países da UE contribuíram com equipas de busca e salvamento, equipas médicas e apoio às telecomunicações, ou com conhecimentos técnicos até à data.

Além disso, o serviço de satélite [Copernicus](#) também foi ativado no seu modo de mapeamento de emergência. Tal ajuda a captar imagens de alta resolução de zonas de crise, convertendo dados brutos em mapas exequíveis para equipas de salvamento, ONG e autoridades de proteção civil. O Copernicus já produziu 25 mapas e 13 imagens de 13 áreas de interesse diferentes.

Hadja Lahbib, Comissária responsável pela Preparação e Gestão de Crises, declarou: «A UE continua empenhada em ajudar o povo venezuelano, e estamos a fazê-lo com todos os instrumentos à nossa disposição. Este financiamento e material adicionais fornecerão a ajuda muito necessária às famílias que perderam as suas casas, aos doentes que necessitam de assistência médica ou às crianças cujas escolas foram danificadas. Os Estados-Membros da UE continuam a demonstrar uma solidariedade notável, com até 14 países da UE a contribuírem já para esta operação de socorro, e a União Europeia a coordenar e transportar a ajuda, num verdadeiro espírito de Equipa Europa.»

A UE lança programas de apoio à conectividade e às comunidades para promover a paz no Cáucaso do Sul

Em Baku, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, juntamente com a comissária para o Alargamento, Marta Kos, reuniu-se com o presidente do Azerbaijão, Ilham Aliyev, para debater formas de promover a paz na região através de uma maior conectividade e do apoio às comunidades fronteiriças. Debateram ainda as parcerias bilaterais entre a UE e o Azerbaijão nos domínios do comércio e da energia.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Diálogo Económico de Alto Nível UE-Turquia

O Diálogo Económico de Alto Nível entre a União Europeia e a Turquia realizou-se em Istambul, no passado dia 2 de julho de 2026. A reunião foi copresidida por Valdis Dombrovskis, Comissário responsável pela Economia e Produtividade; Aplicação e Simplificação, em nome da UE, e por Mehmet Şimşek, Ministro do Tesouro e das Finanças, em nome da Turquia.

Pode consultar [aqui](#) a Declaração Conjunta difundida no final da reunião.

A UE e a Arménia reforçam a sua parceria, promovendo a resiliência, o comércio e a conectividade

Em Erevan, a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, juntamente com a comissária para o Alargamento, Marta Kos, reuniu-se com o primeiro-ministro da Arménia, Nikol Pashinyan. A visita surge na sequência das recentes eleições gerais, que demonstraram a força da democracia arménia e o seu empenho em prosseguir o caminho das reformas e de uma parceria mais estreita com a UE.

À medida que o Cáucaso do Sul avança no sentido de uma maior cooperação regional, surgem novas oportunidades para proporcionar maior estabilidade, prosperidade e segurança às suas populações. Uma cooperação mais ampla entre a UE e a Arménia é fundamental para esta visão. A UE mantém o seu firme compromisso de apoiar a Arménia no reforço da sua resiliência, na promoção da conectividade e no aprofundamento dos laços com a União. No contexto atual, a Arménia enfrenta também uma pressão económica externa crescente. Em resposta, a UE está a intensificar o seu apoio para ajudar a diversificar o comércio.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

Economia, Comércio e Concorrência

Novos direitos aduaneiros da UE sobre encomendas de baixo valor reforçam proteção dos consumidores e defendem concorrência

A partir de 1 de julho de 2026, a União Europeia elimina a isenção de direitos aduaneiros aplicável às embalagens de comércio eletrónico de valor inferior a 150 euros. A medida contribuirá para garantir condições equitativas para as empresas da UE e escolhas seguras para os consumidores, respondendo ao aumento exponencial do número de mercadorias de baixo valor que entram na UE via comércio eletrónico. As mercadorias provenientes de países terceiros compradas na Internet e expedidas diretamente para os consumidores passam a pagar um direito aduaneiro de 3 euros por unidade.

A isenção de direitos aduaneiros de 150 euros foi concebida para uma época em que a maioria das compras na Internet eram ocasionais e os sistemas aduaneiros menos digitalizados. Esta regulamentação já não se adequa à realidade, pelo que a sua eliminação vem corrigir um desequilíbrio estrutural de longa data para as empresas da UE. Em toda a Europa, as zonas de comércio tradicional das cidades estão cada vez mais desertas, assistindo-se à diminuição das oportunidades de emprego locais e ao enfraquecimento da vida comunitária. Do ponto de vista ambiental, o modelo de comércio eletrónico acelerado contribui para o aumento dos resíduos de embalagens e da logística de pegada carbónica muito elevada, com devoluções frequentes e o transporte marítimo de longa distância a duplicar a poluição gerada pelo transporte de mercadorias.

Esta medida restabelece a equidade entre os importadores, garantindo que a concorrência entre os retalhistas da UE que importam a granel e os grandes operadores de países terceiros está subordinada às mesmas condições regulamentares.

Maroš Šefčovič, Comissário Europeu do Comércio e Segurança Económica, declarou a este propósito: «*Mercado aberto, regras iguais. O mercado do comércio eletrónico da UE continua aberto, mas não pode existir em detrimento dos consumidores e das empresas europeias. As mercadorias que entram na União devem cumprir as mesmas normas de conformidade e rastreabilidade que as mercadorias vendidas no nosso mercado único. As plataformas e os vendedores que lucram com os consumidores europeus devem respeitar as mesmas regras que as empresas europeias. A eliminação da isenção de minimis apenas vem adequar o nosso sistema aduaneiro ao funcionamento atual do comércio, gerando uma concorrência mais justa, um controlo mais rigoroso do cumprimento das regras e uma melhor proteção dos consumidores.*»

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#) e o [documento de perguntas e respostas](#).

Consultas UE-China sobre Comércio e Investimento: declaração conjunta à imprensa do Comissário Šefčovič e do Ministro Wang

Em 29 de junho de 2026, Maroš Šefčovič, Comissário Europeu responsável pela pasta do Comércio e Segurança Económica, Relações Interinstitucionais e Transparência, e Wang Wentao, Ministro do Comércio da República Popular da China, realizaram a primeira reunião no âmbito das Consultas UE-China sobre Comércio e Investimento, em Bruxelas.

A União Europeia e a China, enquanto parceiros fundamentais em matéria comercial, concordam que o principal objetivo das consultas é reforçar o diálogo a nível ministerial sobre as políticas comerciais e de investimento, com vista a estabilizar e melhorar o equilíbrio das relações bilaterais.

Para mais informações, consultar a [declaração completa](#) dos dois dirigentes e as [declarações à imprensa](#) do Comissário Maroš Šefčovič.

Pode aceder [aqui](#) aos conteúdos multimédia.

A Comissão insta os Países Baixos a reforçar a concorrência nos serviços ferroviários internacionais de passageiros

A Comissão Europeia informou os Países Baixos de que as regras relativas à atribuição de capacidade na rede ferroviária principal neerlandesa podem estar em violação das regras da UE em matéria de concorrência.

Em 2025, os Países Baixos tiveram de abrir o seu mercado interno de transporte ferroviário de passageiros à concorrência, permitindo que as empresas ferroviárias operassem nas linhas principais da rede ferroviária neerlandesa, em concorrência com o operador histórico, a Nederlandse Spoorwegen («NS»), detida a 100 % pelo Estado neerlandês.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

A Comissão abre uma investigação antitrust sobre a conduta da Align Technology no que diz respeito aos alinhadores transparentes Invisalign e aos scanners intraorais

A Comissão Europeia deu início a um inquérito formal em matéria de concorrência para avaliar se a Align Technology violou as regras de concorrência da UE ao vincular os seus scanners intraorais aos seus alinhadores dentários transparentes da marca Invisalign no Espaço Económico Europeu («EEE»). Este inquérito, que surge na sequência de uma denúncia apresentada por um concorrente, é o primeiro inquérito formal em matéria de concorrência no setor dos dispositivos médicos.

Pode encontrar mais detalhes desta investigação lançada pela Comissão Europeia [aqui](#).

O comércio de elementos de terras raras na UE aumentou em 2025

O comércio de elementos de [terras raras na UE](#) cresceu em 2025, após um declínio acentuado registado em 2024. [As importações](#) aumentaram 17,1 %, atingindo 15 100 toneladas, enquanto [as exportações](#) aumentaram 21,1 %, totalizando 6 700 toneladas.

Ao mesmo tempo, o valor dos elementos de terras raras importados aumentou 23,2%, para 124,9 milhões de euros, e o valor das exportações cresceu 29,9%, para 124,7 milhões de euros.

Os elementos de terras raras são um grupo de 17 metais especiais com um elevado risco de aprovisionamento e uma importância económica significativa, utilizados em várias aplicações de alta tecnologia, incluindo em tecnologias quotidianas, como telemóveis e computadores, e também em tecnologias médicas avançadas.

Em 2025, a maior parte dos elementos de terras raras foi importada da China (46,8 % do peso total, ou seja, 7 100 toneladas). O segundo maior parceiro foi a Rússia, com 25,9 % das importações (3 900 toneladas), e a Malásia ficou em terceiro lugar, com 23,1 % das importações (3 500 toneladas). Seguiram-se o Japão e os Estados Unidos, com 1,6% e 0,9%, respetivamente.

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes desta informação estatística publicada pelo Eurostat.

Comissão adota normas revistas de comunicação de informações sobre sustentabilidade para reduzir os encargos administrativos para as empresas da UE, mantendo simultaneamente divulgações de elevada qualidade

A Comissão Europeia adotou as [Normas Europeias de Comunicação de Informações sobre Sustentabilidade \(ESRS\) revistas e uma norma voluntária de comunicação de informações para as empresas de menor dimensão](#).

[As ESRS](#) abrangem questões ambientais, sociais e de governação, incluindo as alterações climáticas, a biodiversidade e os direitos humanos. Fornecem informações para que os investidores e outras partes interessadas compreendam os riscos relacionados com a sustentabilidade a que as empresas estão expostas e os seus impactos nas pessoas e no ambiente.

As normas revistas agora adotadas destinam-se a reduzir os encargos administrativos para as empresas da UE, mantendo simultaneamente a divulgação de informações de elevada qualidade. Fazem parte do [pacote de simplificação Omnibus I](#), que simplifica a comunicação de informações sobre sustentabilidade na UE e reduz o número de empresas abrangidas pelo âmbito de aplicação da [Diretiva Comunicação de Informações sobre Sustentabilidade das Empresas](#) (CSRD).

As ESRS revistas são mais curtas e claras, acrescentam novas flexibilidades e simplificam os principais processos. Reduzem o número de pontos de dados obrigatórios em mais de 60 % e o número total de pontos de dados em mais de 70 %. Espera-se que estas alterações reduzam os custos de comunicação de informações em mais de 30 % por empresa, em consonância com o objetivo da Comissão de reduzir em 25 % os encargos associados aos requisitos de comunicação de informações.

As normas revistas têm em conta o parecer técnico do EFRAG (anteriormente conhecido como Grupo Consultivo para a Informação Financeira na Europa), que foi informado pelos contributos das partes interessadas recolhidos na primavera de 2025 e por uma consulta pública sobre os projetos do EFRAG no verão de 2025. A Comissão propõe ajustamentos específicos para reduzir ainda mais os encargos com a comunicação de informações sem comprometer os objetivos políticos da Diretiva Comunicação de Informações sobre Sustentabilidade das Empresas e procurou obter os pontos de vista das partes interessadas numa consulta [«Dê a sua opinião»](#) na primavera.

A norma de comunicação voluntária de informações proporciona um quadro de referência único e proporcionado para a comunicação de informações sobre sustentabilidade por parte de empresas de menor dimensão não abrangidas pelo âmbito de aplicação da Diretiva Comunicação de Informações sobre Sustentabilidade das Empresas. Tornará mais fácil para as empresas não abrangidas pela Diretiva CISE responder a pedidos específicos de informações sobre sustentabilidade apresentados por grandes instituições financeiras e empresas.

Estabelece igualmente um limite máximo para a cadeia de valor, o que significa que as empresas sujeitas à Diretiva CISE não podem exigir que as empresas das suas cadeias de valor forneçam mais informações do que as abrangidas pela norma voluntária.

O [ato delegado](#) que revê as ESRS e o ato delegado que estabelece a norma de comunicação voluntária de informações serão agora transmitidos ao Parlamento Europeu e ao Conselho da UE para controlo. As medidas serão aplicáveis uma vez terminado o período de controlo de dois meses, que pode ser prorrogado por mais dois meses.

Educação

O Conselho aprova roteiro para cooperação europeia em educação e formação até 2030

O Conselho [aprovou](#) uma resolução que irá orientar a cooperação a nível da UE na educação e formação até 2030.

A resolução sobre o segundo ciclo do quadro estratégico para a cooperação europeia em matéria de educação e formação rumo ao Espaço Europeu da Educação (2026-2030) define o programa de trabalho para a cooperação a nível da UE nas áreas da educação e formação nos próximos cinco anos.

Atualiza duas resoluções aprovadas pelo Conselho em 2021, relativas ao quadro estratégico e à sua estrutura de governação.

A referida resolução mantém a ambição do Conselho de concretizar o Espaço Europeu da Educação (EEE), com o objetivo de promover uma maior colaboração entre os países da UE na área da educação e formação.

Na sua resolução, o Conselho foca-se em preservar a estrutura de governação atual do EEE. Continua a sublinhar a necessidade de uma abordagem global à educação e formação que permita que o pleno potencial das pessoas e da sociedade seja realizado. Além disso, defende que o quadro estratégico funcione em sinergia com a União de Competências, quando relevante.

A resolução inclui um conjunto atualizado de seis prioridades estratégicas na área da educação e formação: literacia, matemática e ciências para todos; desenvolvimento de competências digitais e educação para a cidadania; tornar a aprendizagem ao longo da vida e a mobilidade uma realidade para todos; aumentar a atratividade, competências e motivação na profissão de educação e formação; promover a educação e formação profissional (EFP) europeia; e, promover a competitividade do ensino superior na Europa.

A resolução inclui a lista de objetivos ao nível da UE na área da educação e formação, que foram agrupados pela primeira vez num único documento.

Emprego e Demografia

Comissão lança portal de informação para orientar a aplicação da regulamentação da UE em matéria de trabalho forçado

A Comissão Europeia lançou um portal de informação para ajudar as empresas, os Estados-Membros e outras partes interessadas a prepararem-se para a aplicação do [Regulamento da UE relativo ao trabalho forçado](#). O novo [Portal Único do Trabalho Forçado](#) inclui orientações sobre a aplicação prática do regulamento, apoio específico às pequenas e médias empresas, recursos para ajudar a identificar e fazer face aos riscos da cadeia de abastecimento e uma lista provisória das autoridades nacionais responsáveis pela aplicação da lei. O regulamento, que será aplicável a partir de 14 de dezembro de 2027, proibirá a colocação no mercado da UE ou a exportação para fora da UE de produtos fabricados com recurso ao trabalho forçado. A Comissão continuará a acrescentar informações ao portal e trabalhará em estreita colaboração com os Estados-Membros, as empresas e as organizações da sociedade civil durante o período de preparação de 18 meses, a fim de apoiar uma aplicação eficaz e coerente em toda a União.

Estão disponíveis mais informações, incluindo uma ficha informativa e os instrumentos, no [Portal Único do Trabalho Forçado](#).

Energia

2,5 mil milhões de euros de receitas do CELE investidas em sistemas energéticos mais limpos em 11 países da UE

A Comissão Europeia e o Banco Europeu de Investimento anunciaram o desembolso de 2,5 mil milhões de euros do [Fundo de Modernização](#) para apoiar 51 projetos relacionados com a energia em 11 Estados-Membros da UE.

Financiado pelas receitas do [Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da UE \(CELE\)](#), o desembolso agora efetuado eleva o financiamento total disponibilizado pelo Fundo de Modernização para 23,2 mil milhões de euros desde janeiro de 2021. Os Estados-Membros beneficiários desta ronda de financiamento são a Chéquia (516,8 milhões de euros), a Estónia (44,8 milhões de euros), a Grécia (233,9 milhões de euros), a Croácia (109 milhões de euros), a Letónia (40 milhões de euros), a Lituânia (169 milhões de euros), a Hungria (552,3 milhões de euros), a Polónia (180 milhões de euros), Portugal (81,4 milhões de euros), a Roménia (636,9 milhões de euros) e a Eslovénia (20,2 milhões de euros).

Estes investimentos contribuirão para modernizar os sistemas energéticos, melhorando a eficiência energética nos setores da energia, da indústria e dos transportes, apoiando simultaneamente a redução das emissões de gases com efeito de estufa (GEE). O Fundo de

Modernização apoia os Estados-Membros beneficiários de rendimentos mais baixos na modernização dos seus sistemas energéticos, no cumprimento das suas metas em matéria de clima e energia e na execução dos seus [planos nacionais em matéria de energia e clima](#). Este desembolso contribuirá igualmente para a competitividade da indústria da UE, apoiando infraestruturas energéticas modernas, eficientes e resilientes, impulsionando a produção e o armazenamento de energias renováveis, promovendo a inovação e ajudando a reduzir as importações de combustíveis fósseis da UE.

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#).

Redes elétricas: eurodeputados apoiam planos para acelerar o processo de licenciamento de projetos energéticos

A proposta aprovada na passada quinta-feira permitirá agilizar o processo de licenciamento de redes elétricas e projetos de energias renováveis, com vista a contribuir para a redução dos preços da energia através do fornecimento interno de energia limpa.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre a proposta aprovada pela Comissão da Indústria, da Investigação e da Energia do Parlamento Europeu.

Diminuição do valor das importações de gás no primeiro trimestre de 2026

No primeiro trimestre de 2026, as [importações](#) de [petróleo da](#) UE mantiveram-se estáveis em comparação com a média mensal em 2025. Mais especificamente, o valor das importações aumentou ligeiramente (+0,8 %), enquanto o volume registou uma ligeira diminuição (-0,6 %).

Em contrapartida, as importações de gás natural liquefeito diminuíram 8,0 % em valor, mas aumentaram 2,9 % em volume.

No mesmo período, verificou-se uma diminuição das importações de gás natural no estado gasoso, com quedas tanto em valor (-12,7%) como em volume (-4,0%).

No primeiro trimestre de 2026, os principais fornecedores de petróleo à UE foram os Estados Unidos (17,8 %), a Noruega (16,6 %) e o Cazaquistão (9,6 %).

A maior parte do gás natural liquefeito foi importada dos Estados Unidos (57,4%). Outros 17,3% vieram da Rússia e 6,6% do Qatar.

A Noruega foi o principal fornecedor de gás natural no seu estado gasoso (54,4 %), seguida da Argélia (18,5 %) e da Rússia (9,8 %).

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes desta informação estatística publicada pelo Eurostat.

Abastecimento de energias renováveis e gás natural em 2025

Em 2025, de acordo com dados preliminares, o aprovisionamento de gás natural e de energias renováveis na [UE](#) aumentou em comparação com 2024, enquanto o aprovisionamento de carvão e de produtos petrolíferos diminuiu.

O aprovisionamento de gás natural da UE cresceu pelo segundo ano consecutivo, após uma queda acentuada em 2023. Em 2025, aumentou 2,3 % em comparação com 2024, ascendendo a cerca de 13,1 milhões de [terajoules](#) (TJ).

O aprovisionamento de energias renováveis aumentou 1,4 % em comparação com 2024, totalizando 11,5 milhões de TJ, apesar de uma queda substancial da energia hidroelétrica, que foi a principal razão para a ligeira diminuição observada na produção de eletricidade a partir de energias renováveis. O fornecimento de energia nuclear também aumentou, mas mais modestamente, em 0,2%, para 650 648 [gigawatts-hora](#) (GWh).

Em contraste, a oferta de carvão continuou a diminuir. A oferta de hulha parda diminuiu 7,7%, para 184 741 mil toneladas, enquanto a de hulha diminuiu 3,2%, para 107 072 mil toneladas. Ambos os números são os mais baixos registrados desde que a série de dados começou em 1990.

Em termos de produtos [petrolíferos](#), o aprovisionamento totalizou 448 656 mil toneladas, o que indica uma queda de 2,8 % em relação a 2023.

Em 2025, as energias [renováveis](#) continuaram a ser a principal fonte de eletricidade na UE, representando 47,2 % de toda a produção de eletricidade. As energias renováveis geraram 1,33 milhões de GWh, o que representa uma pequena diminuição de 0,5 % em relação a 2024.

Em contrapartida, a eletricidade produzida a partir de combustíveis [fósseis](#) aumentou 3,2% em relação ao ano anterior, contribuindo com 0,83 milhões de GWh, ou 29,6% da produção total de eletricidade.

As centrais nucleares produziram 0,65 milhões de GWh, ou seja, 23,2 % da produção de eletricidade da UE, o que reflete um aumento de 0,2 % da produção em comparação com 2024.

Estas informações provêm de dados preliminares sobre a produção e as importações de energia [publicados](#) pelo Eurostat.



Espaços online mais seguros para as raparigas: Conselho apela a medidas mais enérgicas contra a violência cibernética

Tendo em conta o aumento da prevalência de violência cibernética profundamente prejudicial contra raparigas e mulheres jovens, o Conselho [aprovou](#) conclusões que exortam os países da UE e a Comissão a reforçarem a proteção das raparigas e das mulheres jovens no espaço digital.

Com esta declaração, os ministros exigem medidas mais eficazes para prevenir e combater as várias formas de abuso online, incluindo o cyberstalking, o assédio online, a partilha de imagens sem consentimento e o discurso de ódio sexista.

Relatórios da Comissão reafirmam o empenho da UE na reunificação de Chipre

A Comissão Europeia publicou os seus relatórios anuais sobre a aplicação do [Regulamento da Linha Verde](#) e do [Programa de Ajuda à Comunidade Cipriota Turca](#), reafirmando o apoio inabalável da UE à reunificação de Chipre através do reforço dos laços intercomunitários e de um desenvolvimento socioeconómico orientado.

O [relatório da Linha Verde de 2025](#) revela um máximo histórico de 7,79 milhões de passagens autorizadas, destacando as ligações crescentes entre as comunidades cipriota grega e cipriota turca. Enquanto isso, as travessias irregulares continuam a sua tendência decrescente, caindo para 2.433. Para facilitar ainda mais a circulação, a UE financiou as obras de expansão no ponto de passagem de Agios Dometios/Metehan, aumentando a capacidade num dos pontos de controlo mais movimentados da ilha.

O [relatório sobre o programa de assistência para 2025](#) descreve os esforços para apoiar a reunificação de Chipre, promovendo o desenvolvimento socioeconómico da comunidade cipriota turca, reforçando a confiança e a sociedade civil. Com 33,7 milhões de euros atribuídos em 2025, o programa continuou a reforçar as normas de segurança alimentar e de bem-estar dos animais, nomeadamente através de medidas de emergência rápidas em resposta ao surto de febre aftosa em dezembro de 2025. Além disso, os investimentos financiados pela UE em infraestruturas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais, na eficiência energética, na qualidade do ar e na monitorização do ruído continuaram a melhorar o nível de vida na comunidade cipriota turca e em toda a ilha.

Além disso, o relatório mostra que 142 cipriotas turcos estudaram em universidades de toda a UE, enquanto 18 estudantes de ambas as comunidades se inscreveram nos United World Colleges. Por último, no âmbito do 9.º regime *de subvenções da sociedade civil cipriota em ação*, foram concedidas 16 subvenções no valor de 2,22 milhões de euros a projetos centrados na proteção do ambiente, no desenvolvimento sustentável, na reconciliação, no reforço da confiança e na participação da sociedade civil no processo de resolução de litígios.

O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão recebem o prémio do Provedor de Justiça pela excelência na transparência administrativa, graças ao «EU Law Tracker», uma ferramenta de fácil utilização

Na passada terça-feira, 30 de junho, o Parlamento Europeu, o Conselho da UE e a Comissão Europeia receberam o prémio na categoria «Excelência na administração aberta» do Prémio do Provedor de Justiça para a Boa Administração de 2026, pelo «EU Law Tracker». O prémio distingue projetos de instituições, órgãos ou agências da UE que defendem e promovem uma cultura de boa administração na UE e têm um impacto positivo na vida dos cidadãos. O Law Tracker, lançado pelas três instituições, em cooperação com o Serviço das Publicações, é uma ferramenta em linha de fácil utilização que reúne informações legislativas essenciais num único local. O Law Tracker permite aos cidadãos acompanhar o processo legislativo da UE do início ao fim através de uma cronologia intuitiva, com acesso direto aos documentos relacionados. O Law Tracker demonstra o compromisso da União Europeia com um processo legislativo transparente, aberto e acessível.

Pode encontrar mais informação [aqui](#).

Armas químicas: a UE impõe sanções a seis indivíduos envolvidos no envenenamento e na morte de Navalny

O Conselho decidiu impor medidas restritivas a seis cidadãos russos envolvidos no desenvolvimento de armas químicas, nomeadamente a epibatidina. Esta toxina foi detetada em amostras recolhidas do corpo de Alexei Navalny após a sua morte numa colónia penal russa, o que levou à conclusão de que o envenenamento com epibatidina foi, muito provavelmente, a causa da sua morte.

Os indivíduos incluídos na lista são cientistas e investigadores da esfera militar. Alguns deles trabalharam para o Centro Científico «Signal» (também conhecido como SC Signal), onde investigaram e publicaram artigos sobre a síntese da epibatidina, estando assim envolvidos no seu desenvolvimento como arma química.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação.

 Habituação

Preço de construção de edifícios residenciais +48% desde 2015

Entre 2015 e 2025, os preços de construção para a construção de novos edifícios residenciais (excluindo residências para comunidades) aumentaram 48,2 % em toda a [UE](#). Grande parte deste aumento foi bastante recente, uma vez que os aumentos anuais em 2021 (+5,8 %), 2022 (+12,2 %) e 2023 (+6,9 %) foram superiores aos dos outros anos durante este período. A taxa de crescimento foi de +2,3 % em 2024 e de +1,3 % em 2025.

A nível nacional, os preços aumentaram mais rapidamente durante a última década na Bulgária (+166,1 %), na Hungria (+155,4 %) e na Roménia (+130,7 %). Os aumentos mais lentos registaram-se em Itália (+17,0 %), na Grécia (+17,3 %) e na Finlândia (+22,1 %).

Pode encontrar [aqui](#) mais detalhes desta informação estatística publicada pelo Eurostat.

O Conselho destaca a dimensão demográfica da crise habitacional na Europa

O Conselho apela aos decisores políticos para que tenham em conta a interação entre as necessidades habitacionais e as tendências demográficas, tais como o envelhecimento da população, a redução do tamanho dos agregados familiares e a migração das zonas rurais para as urbanas.

Nas conclusões [aprovadas](#) pelos ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais da UE, o Conselho chama a atenção para a natureza multifacetada e intergeracional da crise habitacional na Europa e para o seu impacto em aspetos como a coesão, a sustentabilidade e a competitividade.

Embora reconheça que a habitação é, em primeiro lugar, da competência dos Estados-Membros, o Conselho convida igualmente a Comissão a continuar a apoiar os esforços dos Estados-Membros no sentido de melhorar o acesso a habitação adequada e a preços acessíveis.

As conclusões reconhecem que a habitação é uma questão transversal relacionada com fatores sociais mais amplos, tais como a inclusão social, a constituição de família, a sustentabilidade ambiental e a mobilidade laboral.

Além disso, demonstram que a oferta de habitação influencia as tendências demográficas e, por sua vez, é influenciada por estas. Por exemplo, embora os elevados custos da habitação possam impedir muitas pessoas de constituir família, a consequente redução do tamanho dos agregados familiares também pode ter um impacto na natureza da procura de habitação.

Preços e rendas da habitação continuaram a aumentar no primeiro trimestre de 2026

No primeiro trimestre de 2026, os preços da habitação na [UE](#) aumentaram 5,1 %, enquanto as rendas aumentaram 3,0 % em comparação com o primeiro trimestre de 2025.

Em comparação com o quarto trimestre de 2025, os preços da habitação aumentaram 1,2 % e as rendas 0,7 %.

Entre 2025 e o primeiro trimestre de 2026, os preços da habitação na UE aumentaram 2,9 % e as rendas 1,8 %.

No que diz respeito aos dados nacionais, ao comparar o primeiro trimestre de 2026 com a média anual para 2025, os preços da habitação aumentaram mais do que as rendas em 19 países da UE com dados disponíveis. Durante este período, os maiores aumentos dos preços da habitação registaram-se em Portugal (+10,3 %), na Bulgária (+9,4 %) e na Eslováquia (+9,1 %). A França (-0,5%) e a Finlândia (-1,8%) foram os únicos países onde os preços da habitação caíram.

Durante o mesmo período, as rendas aumentaram em todos os países da UE, exceto na Eslovénia, onde caíram 0,9 %, e na Finlândia, onde permaneceram inalteradas. Entre os outros países da UE, o maior aumento registou-se na Croácia (+21,9 %), seguida da Bulgária (+6,4 %) e da Grécia (+5,0 %).

Estas informações provêm de dados sobre os preços [e](#) as rendas da habitação [publicados](#) pelo Eurostat.



O Conselho aprova regras para um setor automóvel mais circular

O Conselho [adotou](#) formalmente o regulamento relativo aos requisitos de circularidade para a conceção de veículos e a gestão de veículos em fim de vida. As novas regras irão garantir que os veículos novos sejam concebidos e produzidos de forma a facilitar a sua reutilização, reciclagem e valorização, com o objetivo de tornar o setor automóvel mais circular e sustentável.

O novo regulamento introduz requisitos de circularidade ao longo de todo o ciclo de vida dos veículos, desde a conceção e produção até ao seu tratamento em fim de vida. Seis anos após a entrada em vigor das novas regras, pelo menos 15 % do plástico utilizado no fabrico de veículos novos deverá provir da reciclagem, sendo o objetivo final atingir 25 % de plástico reciclado no prazo de 10 anos a contar da entrada em vigor do regulamento. Além disso, pelo menos 20 % deste plástico reciclado deverá ser recuperado de veículos em fim de vida.

Os produtores passarão a ser responsáveis, tanto financeira como organizacionalmente, por todo o ciclo de vida dos seus veículos, incluindo quando estes se tornam resíduos. Esta responsabilidade alargada do produtor abrange a promoção de uma conceção orientada para a circularidade e a garantia da recolha gratuita e do tratamento adequado de todos os veículos em fim de vida.

O regulamento aborda também a questão dos «veículos desaparecidos» — aqueles que são desmantelados ou exportados ilegalmente —, reforçando as medidas de rastreabilidade e controlo. Assim que um veículo preencher os critérios de veículo em fim de vida (resíduo), deve ser tratado por uma instalação de tratamento autorizada e não pode ser legalmente exportado nem revendido como veículo usado.

Além disso, o regulamento proíbe a exportação de veículos usados que já não estejam em condições de circular, garantindo que a UE cumpra os seus compromissos de não contribuir para a poluição em países terceiros e de reter materiais valiosos no seu território.

O novo regulamento será plenamente aplicável aos automóveis de passageiros e às carrinhas comerciais ligeiras, enquanto os veículos pesados (por exemplo, camiões), as motocicletas e os veículos para fins especiais (tanto de pequena como de grande cilindrada) estarão sujeitos a um conjunto mais limitado de requisitos, que garantirão, em especial, o seu tratamento adequado.

Indústria europeia do aço: entram em vigor novas regras para proteger o setor dos efeitos prejudiciais da sobre capacidade mundial

O novo regulamento que protege o setor do aço da UE dos efeitos prejudiciais da sobre capacidade mundial entrou em vigor a 1 de julho de 2026. Trata-se de um passo essencial para assegurar a viabilidade a longo prazo de uma indústria europeia que é fundamental do ponto de vista estratégico.

No âmbito desta nova regulamentação, a Comissão Europeia publicou o [regulamento de execução](#) que estabelece a distribuição de contingentes pautais aos parceiros comerciais da UE. O novo sistema, que inclui contingentes pautais globais reduzidos e um direito extracontingente mais elevado, visa proteger a indústria do aço da UE após a caducidade da salvaguarda da UE relativa ao aço.

A distribuição dos contingentes pautais baseia-se num conjunto de critérios claramente definidos no novo regulamento da UE relativo ao aço, assegurando a previsibilidade do acesso dos fornecedores de países terceiros ao mercado da UE através de uma metodologia justa e objetiva, bem como a diversidade da oferta para os utilizadores da UE a jusante.

A medida fixa os contingentes pautais isentos de direitos em 18,3 milhões de toneladas por ano, introduzindo um direito extracontingente de 50 % para 26 categorias de produtos de aço importados para a UE. Introduce igualmente um requisito de rastreabilidade para melhorar a transparência da cadeia de abastecimento de aço da UE. As empresas terão de apresentar informações sobre o local onde tem lugar a fase de fundição e vazamento («melt & pour») da produção do aço importado.

Para mais informações, consultar o [comunicado de imprensa](#) e o [documento de perguntas e respostas](#).



Cerimónia de abertura da Presidência Irlandesa do Conselho da União Europeia

Pode ver [aqui](#) os comentários do Presidente António Costa na conferência de imprensa com o Taoiseach da Irlanda, Micheál Martin e [aqui](#) aceder ao discurso do Presidente António Costa na cerimónia de abertura da Presidência Irlandesa do Conselho da União Europeia.

Novo Eurobarómetro: Portugal é o Estado-Membro que mais reconhece estabilidade na União Europeia

Em Portugal, a percentagem daqueles que concordam que a UE é um lugar de estabilidade num mundo conturbado é de 94 % (mais cinco pontos percentuais desde o outono 2025). Já a nível europeu, o valor é o mais elevado da última década, atingindo 75 %, o que representa um aumento de oito pontos percentuais face ao último estudo.

A atual conjuntura mundial contribui para que 55% dos portugueses e 58 % dos europeus se sintam pessimistas em relação ao futuro (um aumento de sete e seis pontos percentuais, respetivamente). Contudo, 41 % dos portugueses e 38 % dos europeus dizem estar otimistas.

“Incerteza” e “esperança” são as emoções mais escolhidas pelos cidadãos para descrever o seu atual estado de espírito. Apesar da elevada incerteza sentida por 49% dos inquiridos em Portugal, 48 % dizem ter esperança. Estes valores são mais elevados do que a média da União Europeia, em que 44 % dizem sentir incerteza e 43 % dizem ter esperança.

«Num momento de incerteza global, os europeus veem cada vez mais a União Europeia como um farol de estabilidade. Num mundo conturbado, essa confiança é o maior trunfo da Europa. E traz consigo uma expectativa clara para que continuemos a agir de forma decisiva, proporcionando segurança, prosperidade e oportunidades aos nossos cidadãos», afirmou a presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola.

Quarenta anos depois de Portugal entrar na União Europeia, nove em cada dez portugueses consideram que o país beneficiou com a adesão, posicionando-se entre os europeus mais euroentusiastas, apenas atrás do Luxemburgo, da Dinamarca (ambos os países com 91 % de inquiridos a responder o mesmo) e de Malta (94 %). A média europeia de 74 % equivale a um máximo histórico registado, pela primeira vez, em janeiro/fevereiro de 2025.

Com esta adesão, a União Europeia dá aos portugueses uma voz mais forte no mundo: é o que dizem 43 % dos portugueses inquiridos sobre os principais benefícios de Portugal ser um país Estado membro da UE. De seguida estão a contribuição para o crescimento económico (40 %) e novas oportunidades de emprego (31 %).

Para os europeus, esses benefícios recaem mais sobre a defesa da paz e o reforço da segurança (40 %), e a melhoria da cooperação entre Estados-Membros (34 %), seguindo-se o crescimento económico (28 %).

Pode encontrar [aqui](#) mais informação sobre este inquérito.



Fundo de investigação para o carvão e o aço: Conselho dá a sua aprovação final

O Conselho [aprovou](#) definitivamente a reforma do fundo de investigação para o carvão e o aço. O objetivo do fundo é impulsionar o investimento em investigação e inovação no setor siderúrgico, bem como apoiar a transição ecológica e justa das regiões carboníferas da UE. O programa é prorrogado até 2034 e disponibilizará um financiamento anual de até 120 milhões de euros, o que representa um investimento total de cerca de 800 milhões de euros.

A UE apoia 182 investigadores na transformação de descobertas em inovação

O Conselho Europeu de Investigação (CEI) revelou os [182 investigadores selecionados para receber a primeira ronda de subvenções à prova de conceito, num total de 27,3](#) milhões de euros de financiamento. Estas subvenções permitirão aos cientistas explorar o potencial comercial ou societal da sua investigação, desde novas tecnologias de ponta a tratamentos médicos inovadores.

Cada beneficiário receberá 150 000 euros ao abrigo do [Horizonte Europa](#) da UE, o maior programa plurianual de investigação do mundo. O regime está exclusivamente aberto a investigadores que detenham atualmente, ou tenham recebido anteriormente, uma subvenção do CEI para investigação de fronteira. Como financiamento complementar, estas subvenções ajudarão os investigadores a explorar a forma como as conclusões geradas através dos seus projetos do CEI podem ser transformadas em inovações do mundo real, colmatando o fosso entre a investigação pioneira e as aplicações práticas.

Os projetos recentemente adjudicados abrangem uma gama diversificada de temas, desde as ciências físicas e a engenharia (62% do total), as ciências da vida (28%) e as ciências sociais e humanas (9%).

Entre os projetos selecionados para financiamento figura o desenvolvimento de produtos eletrónicos de inspiração biológica impressos em 3D, fabricados a partir de materiais macios; a criação de uma ferramenta adaptada aos doentes para cartografar as áreas linguísticas no cérebro e melhorar a cirurgia da epilepsia; e uma vacina inovadora contra o cancro da mama que visa marcadores tumorais partilhados por muitos doentes. Estes e muitos outros projetos demonstrarão como a investigação de fronteira pode ser traduzida em soluções tangíveis para os desafios globais.

Os bolsiros realizarão o seu trabalho em universidades e centros de investigação em 21 Estados-Membros da UE e países associados, nomeadamente na Alemanha (31 subvenções), nos Países Baixos (27), em Itália e em França (18 cada).

O concurso deste ano atraiu 554 propostas, um aumento de 15% em relação à primeira fase do ano passado, com um em cada três candidatos a obter financiamento. O programa de trabalho do CEI para 2026 inclui duas rondas do concurso para subvenções à prova de conceito, com um orçamento total de 60 milhões de euros. Os resultados da segunda rodada serão anunciados ainda este ano.

Ekaterina Zaharieva, Comissária Europeia responsável pelas Startups, Investigação e Inovação, declarou: «Muitas das inovações de hoje começam com um investigador a fazer uma pergunta fundamental. Estes 182 projetos mostram que a ciência impulsionada pela curiosidade e o impacto no mundo real andam de mãos dadas. Com o financiamento da Prova de Conceito, os investigadores do CEI podem testar a forma como as suas descobertas podem tornar-se novos tratamentos, tecnologias, serviços ou soluções que beneficiem as pessoas em toda a Europa.»



O Conselho decide restabelecer uma medida provisória para combater o abuso sexual de menores na Internet

O Conselho [adotou](#) a sua posição sobre um regulamento destinado a permitir que os prestadores de serviços em linha retomem a deteção e remoção voluntárias de material de abuso sexual de crianças nas suas plataformas. A medida visa proteger as crianças enquanto se negocia um quadro legislativo a longo prazo. O Conselho pretende que o regulamento entre em vigor o mais rapidamente possível.

A medida provisória constitui uma derrogação às regras de proteção de dados no setor das comunicações eletrónicas. Esta derrogação permite que os prestadores de serviços em linha detetem casos de abuso sexual de menores na Internet nos seus serviços, bem como que os denunciem e removam.

Estas ações voluntárias por parte dos prestadores de serviços em linha desempenham um papel valioso na identificação, investigação e perseguição penal dos autores dos crimes. Contribuem para o resgate das vítimas e para a redução da propagação do abuso sexual de menores na Internet.

A medida provisória anterior expirou a 3 de abril de 2026. O Conselho pretende que seja restabelecida uma medida provisória o mais rapidamente possível, até 3 de abril de 2028.

Esta medida temporária é necessária para combater eficazmente o abuso sexual de crianças na Internet, bem como para evitar um vazio jurídico prolongado enquanto se aguarda a adoção e a aplicação do quadro jurídico a longo prazo atualmente em negociação.

A posição do Conselho será agora analisada pelo Parlamento Europeu, em segunda leitura. O Parlamento terá a possibilidade de aprovar, alterar ou rejeitar a posição do Conselho.



Mobilidade

Comissão aprova um auxílio estatal espanhol de 402 milhões de euros a favor das empresas de transporte rodoviário que enfrentam um aumento dos preços dos combustíveis

A Comissão Europeia aprovou um regime espanhol de auxílios estatais no valor de 402 milhões de euros para apoiar as empresas de transporte rodoviário que enfrentam um aumento dos preços dos combustíveis devido à crise no Médio Oriente.

O regime foi aprovado ao abrigo do [Quadro Temporário de Auxílios Estatais de Crise no Médio Oriente \(METSAF\)](#), adotado pela Comissão em [29 de abril de 2026](#).

O auxílio assumirá a forma de subvenções diretas. Para os beneficiários elegíveis ao abrigo de um regime existente de reembolso do imposto sobre o gasóleo para profissionais, o auxílio pode cobrir até 70 % dos custos adicionais de combustível resultantes da crise no Médio Oriente incorridos entre 1 de março e 30 de junho de 2026. Para os beneficiários que não são elegíveis ao abrigo desse regime de reembolso de impostos, o auxílio pode ser limitado a 50 000 euros por empresa ou cobrir até 70 % dos custos adicionais de combustível incorridos entre 1 de março e 31 de dezembro de 2026.

A Comissão considerou que o regime está em conformidade com as condições estabelecidas no METSAF e concluiu que é necessário, adequado e proporcionado para facilitar o desenvolvimento de uma atividade económica e não afeta negativamente as condições das trocas comerciais de maneira que contrarie o interesse comum.

Mais informação disponível no [comunicado de imprensa](#).



Proteção Civil

Rede de segurança da UE para catástrofes tem pontas soltas

A reserva rescEU tornou-se um importante apoio à resposta da Europa em caso de catástrofes e é valiosa em situações de emergência. Só que as falhas no planeamento da construção das capacidades prejudicaram a execução dos projetos e a possibilidade de a reserva poder ser usada no longo prazo. Esta é a conclusão de um novo relatório de auditoria do Tribunal de Contas Europeu (TCE). O TCE pede que se tomem medidas para adequar melhor o financiamento às necessidades reais, promover a cooperação entre os países da União Europeia (UE), simplificar o reembolso das mobilizações de emergência e garantir que as capacidades continuam prontas a usar depois de os projetos terminarem.

Pode encontrar [aqui](#) mais informação e aceder ao [Relatório Especial 17/2026: Reserva rescEU do Mecanismo de Proteção Civil da União – Contributo valioso para a proteção civil da UE, apesar das insuficiências de planeamento que dificultaram a execução e a sustentabilidade](#)

Incêndios florestais: Conselho aprova recomendação para reforçar a preparação e melhorar a prevenção

O Conselho [adotou](#) uma recomendação sobre a gestão integrada do risco de incêndios florestais, estabelecendo um quadro abrangente para ajudar os Estados-Membros a prevenir, preparar-se, responder e recuperar-se melhor dos incêndios florestais. A recomendação surge na sequência de uma época de 2025 que bateu todos os recordes, durante a qual arderam mais de um milhão de hectares em toda a UE e que desencadeou um número sem precedentes de ativações do mecanismo de proteção civil da UE.

À medida que o risco de incêndios florestais continua a aumentar em toda a Europa devido às alterações climáticas, às mudanças na gestão do território e a outros fatores, a recomendação promove uma abordagem mais coordenada e integrada que abrange todo o ciclo de gestão do risco de catástrofes. A recomendação incentiva os Estados-Membros a reforçar a prevenção através da gestão sustentável do território e das florestas, a melhorar a preparação através de uma melhor utilização dos dados, das avaliações de risco e dos sistemas de alerta precoce, e a reforçar a cooperação e a interoperabilidade na resposta aos incêndios florestais.

A recomendação destaca também a importância de sensibilizar o público, apoiar as comunidades locais, melhorar a recuperação após os incêndios e reforçar a governação e o financiamento a longo prazo para a gestão do risco de incêndios florestais. Reconhecendo que o risco de incêndios florestais afeta cada vez mais grandes partes da Europa e tem frequentemente implicações transfronteiriças, a recomendação sublinha a importância de uma cooperação mais estreita entre os Estados-Membros e com os parceiros internacionais para melhorar a gestão do risco de incêndios florestais.



QFP 2028-2034: Conselho apoia regras mais simples e eficientes para os fundos de coesão

O Conselho [aprovou](#) a sua posição negocial parcial sobre dois regulamentos fundamentais relativos ao orçamento da UE para o período 2028-2034 (QFP). Os dois regulamentos estabelecem os fundos da política de coesão: o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), incluindo a Cooperação Territorial Europeia (Interreg) e o Fundo de Coesão (FC), e o Fundo Social Europeu (FSE).

Esta decisão complementa a recente abordagem geral parcial relativa ao regulamento sobre os Planos de Parceria Nacionais e Regionais (NRPP).

A posição negocial é «parcial» porque exclui as questões financeiras e horizontais. Estas estão atualmente a ser debatidas no âmbito das negociações sobre o quadro financeiro plurianual (QFP) global que abrange o período de 2028 a 2034.



Tecnologia e Informática

Relatório destaca importância do Regulamento dos Serviços Digitais para proteção dos menores na Internet

O [segundo relatório anual](#) sobre os riscos sistémicos e as medidas de atenuação ao abrigo [do Regulamento dos Serviços Digitais](#) salientou os riscos para as crianças e os jovens em linha e a forma como o RSD está a desenvolver uma abordagem eficaz a longo prazo para combater esses riscos.

O relatório, publicado pelo [Comité Europeu dos Serviços Digitais](#) e desenvolvido em cooperação com a Comissão Europeia, apresenta uma panorâmica dos riscos sistémicos existentes nas plataformas e nos motores de pesquisa de muito grande dimensão, incluindo a propagação de conteúdos ilegais e o impacto das escolhas relacionadas com a arquitetura dessas plataformas, que podem contribuir para pôr a segurança das crianças na Internet em risco. A título de exemplo, as características da interface e os sistemas de recomendação podem promover comportamentos de dependência nas redes sociais e proporcionar a exposição a conteúdos nocivos, como desafios perigosos que se tornam virais ou conteúdos para adultos, bem como comportamentos nocivos, como a ciberintimidação («cyberbullying») e o aliciamento.

O relatório detalha as medidas de atenuação dos riscos utilizadas pelas plataformas e pelos motores de pesquisa de muito grande dimensão para combater esses riscos, que abrangem desde medidas de proteção específicas até ferramentas de capacitação dos utilizadores. Neste contexto, reafirma-se o papel do Regulamento dos Serviços Digitais enquanto instrumento de transparência que está na vanguarda mundial relativamente ao funcionamento das plataformas digitais e à forma como estas influenciam as nossas sociedades.

A Comissão Europeia continua a acompanhar a aplicação do Regulamento dos Serviços Digitais. O segundo relatório anual fornece informações críticas sobre a evolução dos riscos na Internet, apoiando a sociedade civil, as entidades reguladoras e as plataformas nos seus esforços para criar um ambiente digital mais seguro e responsável na UE.

Para mais informações, consultar o [relatório](#).

Inteligência Artificial: Conselho dá luz verde definitiva à simplificação e racionalização das regras

O Conselho [deu](#) luz verde definitiva a um novo regulamento que visa racionalizar e simplificar determinadas regras relativas à inteligência artificial (IA). A nova legislação faz parte do chamado pacote legislativo «Omnibus VII», no âmbito da agenda de simplificação da EU.



Turismo

Noites turísticas reservadas através de plataformas aumentaram 10% no primeiro trimestre de 2026

Entre janeiro e março de 2026, os hóspedes passaram 144,3 milhões de [noites](#) em alojamentos para arrendamento de [curta duração](#) na [UE](#), reservados através do Airbnb, da Booking ou da Expedia. O número total de dormidas de hóspedes no primeiro trimestre de 2026 aumentou 9,7 % em comparação com o mesmo trimestre de 2025, mas aumentou 16,6 % em comparação com o mesmo trimestre de 2024.

As regiões mais populares para o arrendamento de curta duração reservado através de plataformas em linha no último trimestre de 2025 foram a Andaluzia (9,9 milhões de noites) e as Canárias (8,2 milhões) em Espanha e a Ilha de França (7,2 milhões) em França.

As 10 regiões turísticas mais populares situavam-se todas em apenas 3 países da UE: 5 em Espanha, 3 em França e 2 em Itália.

Estas informações provêm de [dados mensais sobre o alojamento de curta duração oferecido através de plataformas em linha](#). O Eurostat publicou os dados relativos ao primeiro trimestre de 2026 a nível nacional e ao quarto trimestre de 2025 a nível regional que pode encontrar [aqui](#) em maior detalhe.

Mais no Parlamento Europeu:

Calendário para [2026](#) e [2027](#).

Mais no Comité das Regiões Europeu:

Calendário para [2026](#).

Mais no Conselho:

Presidências rotativas do Conselho da União Europeia: [Presidência Irlandesa](#)



Em aberto



Procura emprego nas Instituições Europeias?

No [EU Careers](#) encontrará informações e sugestões sobre as oportunidades de emprego junto das [instituições europeias](#)! A União Europeia ajuda-o a encontrar emprego no [#EUandMe](#)! Oportunidades: [Agência da União Europeia para a Cibersegurança](#).



Seis Passos para iniciar uma carreira profissional no estrangeiro

O [Portal Europeu da Mobilidade Profissional](#) publicou um artigo onde explica os seis passos para os jovens iniciarem a sua carreira profissional no estrangeiro.



Procura emprego na área de Assuntos Europeus em Bruxelas?

No [Trusted Jobs](#) encontrará oportunidades de emprego na área de assuntos europeus em Bruxelas!



Estágios

[Nesta página dedicada](#) poderá encontrar propostas de estágios nas instituições europeias e órgãos consultivos das instituições.



Procura emprego na Europa?

Procura trabalho no setor público ou privado Europeu e particularmente em Bruxelas? O [EuroBrussels](#) é um dos bons sítios internet para o começar a fazer.



Agência Europeia de Defesa está à procura de estagiários em diversas áreas

A Agência Europeia de Defesa tem abertas candidaturas para estágios em diversas áreas. Informações em detalhe [aqui](#).



Banco Europeu de Investimento: Traineeship & Grad Programmes

O BEI, sediado no Luxemburgo, divulga regularmente vagas na instituição. Pode consultar as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



Empregos e estágios através do Centro de Informação Europeia Jacques Delors

Verifique [aqui](#) as oportunidades de emprego divulgadas pelo Centro de Informação Europeia Jacques Delors.



Agência Espacial Europeia

Explore as vagas de emprego da ESA. Se é um profissional experiente, um graduado ou um estudante, descubra o impacto que você pode fazer com uma carreira na Agência Espacial Europeia. Use a [ferramenta de procura de vagas](#) da Agência Espacial Europeia. Poderá encontrar mais informações sobre as vagas e os prazos de candidatura [aqui](#).



IFREMER

O Instituto Francês para a Exploração do Mar (IFREMER) tem vagas para os diversos níveis de estudo dos recursos marinhos. Detalhes na [base de dados](#) dedicada deste instituto.



Corpo Europeu de Solidariedade

O [Corpo Europeu de Solidariedade](#) é uma iniciativa da União Europeia dirigida aos jovens, dando-lhes a oportunidade de fazer voluntariado ou de trabalhar em [projetos](#), no próprio país ou no estrangeiro, em benefício de pessoas e comunidades de toda a Europa. Aos 17 anos já te podes inscrever no Corpo Europeu de Solidariedade, mas só podes participar num projeto depois de fazeres 18 anos. A participação nos projetos do Corpo Europeu de Solidariedade está aberta aos jovens até aos 30 anos de idade. Depois de se inscreverem, os participantes no Corpo Europeu de Solidariedade podem ser selecionados e convidados a integrar uma vasta gama de projetos, relacionados, por exemplo, com a prevenção das catástrofes naturais ou a reconstrução na sequência de catástrofes deste tipo, a assistência em centros de requerentes de asilo ou a resposta a outras questões sociais a nível da comunidade. Inscrições [aqui](#).



Açorianos no Mundo

“Açorianos no Mundo” é uma plataforma *online*, que vai permitir a todos os açorianos por nascimento, ascendência, afinidade (casamento/união de facto), que tenham residido nos Açores por um período mínimo de cinco anos, e que se encontram a residir fora da Região Autónoma dos Açores, uma maior proximidade com o arquipélago e, consequentemente, uma efetiva participação no futuro dos Açores, através da adesão ao processo eleitoral para a escolha dos representantes das suas comunidades, que, posteriormente, integrarão o Conselho da Diáspora Açoriana (CDA). Registe-se [aqui](#).



Produtos alimentares Açorianos em Bruxelas

Pode encontrar produtos alimentares açorianos em Bruxelas, nas seguintes lojas: [Casa Portuguesa](#), [Lusoloja](#), [SolAr](#) e [Delicias de Portugal](#).



Viver em Bruxelas

Ligações formais e não formais, mas utilizadas por quem procura casa temporária em Bruxelas: [Bxl à Louer - de bouche à oreille \(II\)](#), [BRUXELLES: Location appartement](#), [Colocation](#), [Sous-location chambre à louer](#), [Colocation Bruxelles](#), [Immoweb](#), e [Logic-immo](#). E muito mais: [Xpatris](#).

O Gabinete dos Açores em Bruxelas tem soluções para a realização de reuniões, acompanhamento temático, interpretação, alojamento e muito mais. [Contacte-nos!](#)



O que é o AZ@BXL?

O AZ@BXL é um boletim informativo constituído por uma seleção de notícias compiladas a partir de Bruxelas e consideradas relevantes no contexto da Região Autónoma dos Açores. É também noticiada a atividade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. A prospeção, seleção, adaptação e apresentação das notícias é da responsabilidade do Gabinete dos Açores em Bruxelas. O boletim está redigido em português, no entanto, as notícias apontadas estão redigidas no idioma original, o que inclui também o inglês, o francês e o castelhano. As imagens utilizadas

pertencem ao domínio público, ao Gabinete dos Açores em Bruxelas, ao SIARAM ou constam das notícias apontadas. Este boletim não tem periodicidade fixa, sendo preferencialmente distribuído às sextas-feiras. **Legenda:** **Título da notícia a vermelho**, nova notícia; Notícia já exposta no número anterior, **título da notícia a verde**; A notícia herdada do número anterior, mas com alterações, **título da notícia em cor-de-laranja**. Este boletim informativo está otimizado para sistemas Microsoft.

Legenda:

 Açores

 Agricultura, Alimentação e Ruralidade

 Ambiente

 Coesão e solidariedade interna da UE

 BEI

 Biológico

 Economia, Comércio, concorrência

 Conselho Europeu / Conselho

 Comissão Europeia

 CoR

 Conselho da Europa

 Coronavírus

 Cultura e Comunicação

 Defesa e Segurança

 Desporto

 Diplomacia e solidariedade externa da UE

 Estado de Direito, Democracia e Cidadania

 Economia, Empresas

 Educação

 Emprego e Demografia

 Energia

 Espaço

 FAO

 Prémios

 Habitação

 Igualdade de género, LGBTIQ, Inclusão social, Migrações, Cidadania

 Ilhas

 Indústria

 Investigação e inovação científica, ciência

 Juventude

 Life

 Mar e pescas

 Mobilidade

 OCDE

 Parlamento Europeu

 Proteção civil

 Regiões Ultraperiféricas

 Saúde

 TCE

 Tecnologia e Informática

 Turismo

 União Europeia, outros

Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas:

| AECT – [Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial](#) | AESA – [Agência da UE para a Segurança Aérea](#) | BCE – [Banco Central Europeu](#) | BEI – [Banco Europeu de Investimento](#) | CE – [Comissão Europeia](#) | CEO – [Chief Executive Officer](#) | CESE – [Comité Económico e Social Europeu](#) | CoR- [Comité das Regiões](#) | CPLP – [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa](#) | CRPM – [Conferência das Regiões Periféricas Marítimas](#) | EBA – [Autoridade Bancária Europeia](#) | EBCD – [European Bureau for Conservation and Development](#) | EEE – [Espaço Económico Europeu](#) | EIT - [Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia](#) | EMA – [Agência Médica Europeia](#) | EMB – [European Marine Board](#) | EMSA – [Agência Europeia de Segurança Marítima](#) | ERC – [Conselho Europeu de Investigação](#) | ESA – [Agência Espacial Europeia](#) | EUA – [Estados Unidos da América do Norte](#) | FEADER – [Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural](#) | FEAGA – [Fundo Europeu Agrícola de Garantia](#) | FEI – [Fundo Europeu de Investimento](#) | FEIE – [Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos](#) | GEE – [Gases com Efeito de Estufa](#) | GPS – [Sistema de Posicionamento Global dos EUA](#) | IA – [Inteligência Artificial](#) | ICCAT – [Comissão Internacional para a Conservação do Atum do Atlântico](#) | IMO – [Organização Marítima Internacional](#) | JRC – [Centro de Pesquisa Conjunto da CE](#) | OCM – [Organização Comum dos Mercados Agrícolas](#) | ODS – [Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável da ONU](#) | OMC – [Organização Mundial do Comércio](#) | OMS – [Organização Mundial de Saúde](#) | ONU – [Organização das Nações Unidas](#) | PAC – [Política Agrícola Comum da UE](#) | PE – [Parlamento Europeu](#) | PES – [Partido Socialista Europeu](#) | PME – [Pequenas e médias empresas](#) | PPE – [Partido Popular Europeu](#) e [PPE no PE](#) | Q&A – Perguntas e Respostas | QFP – [Quadro Financeiro Plurianual da EU](#) | RIS – [Regional Innovation Scoreboard](#) | RUP – [Regiões Ultraperiféricas da União Europeia](#), de acordo com o artigo 349 do TFUE | S&D – [Aliança Progressiva dos Socialistas e Democratas](#) (inclui o PES no PE) | UE – [União Europeia](#) | TCE – [Tribunal de Contas Europeu](#) | TFUE – [Tratado sobre o Funcionamento da UE](#) | TJUE – [Tribunal de Justiça da UE](#) |

Autoria:

Estrutura de Missão para a Instalação do Gabinete da Região Autónoma dos Açores em Bruxelas

Aceitam-se [sugestões!](#)



[Quero receber este boletim \(envie-nos o seu email\)](#) – [Quero deixar de receber este boletim](#)

Conheça a nossa Política de Privacidade – [PT](#) e [EN](#)

Consulte os [números anteriores](#)

Saiba mais sobre o [Gabinete dos Açores em Bruxelas](#)

gabinetebruxelas@azores.gov.pt | [@AzoresEUoffice](#) | [Google Maps](#)

Não imprima esta newsletter. O Ambiente agradece!